



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 18ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura - Destinada a homenagear a Escola Estadual Cesário Coimbra, de Muzambinho, pelo centenário de sua fundação
- 1.3 – Reuniões de Comissões

### 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 – MANIFESTAÇÕES

### 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/8/2015

#### Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Bráulio Braz – Anselmo José Domingos – Arnaldo Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Vítor Xavier – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Wander Borges.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de terça-feira, dia 18, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 18/8/2015).

### ATA DA 18ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/8/2015

#### Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Emidinho Madeira – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Heloísa Helena de Pádua Magalhães Santos – Palavras do Presidente – Apresentação Artística – Apresentação Musical – Encerramento.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Ulysses Gomes – Duarte Bechir – Emidinho Madeira.

#### Abertura

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 20h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

– O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Escola Estadual Cesário Coimbra, de Muzambinho, pelo centenário de sua fundação.

### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Heloísa Helena de Pádua Magalhães Santos, diretora da Escola Estadual Cesário Coimbra, de Muzambinho, representando a entidade homenageada; os Exmos. Srs. Ivan Antônio de Freitas, prefeito de Muzambinho; Itamar Hellebrande, secretário de Ação Social, Trabalho e Habitação de Muzambinho; e Marco Régis, deputado no período de 1995 a 2003 e ex-prefeito de Muzambinho; a Exma. Sra. Rosimar do Prado Carvalho, diretora da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas; e o Exmo. Sr. deputado Emidinho Madeira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### **Registro de Presença**

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Roosevelt Pereira de Paula, vice-prefeito de Muzambinho, e Alessandro Régis, chefe de gabinete da Secretaria de Meio Ambiente.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Neste momento, convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela estudante Maíra Kiihl de Melo Anderson Ferreira, aluna do 8º - C da Escola Estadual Cesário Coimbra.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre a história do centenário da Escola Estadual Cesário Coimbra.

– Procede-se à exibição do vídeo.

### **Palavras do Deputado Emidinho Madeira**

Cumprimento todos e todas com o meu boa-noite. Agradeço a presença de vocês. Cumprimento o secretário, que muito tem feito aqui na Casa, deputado Ulysses Gomes; cumprimento a diretora da Escola Estadual Cesário Coimbra, professora Heloísa Magalhães Santos; o prefeito de Muzambinho, Ivan de Freitas; o secretário de Ação Social de Muzambinho, Itamar Hellebrande; o deputado no período de 1995 a 2003 e ex-prefeito de Muzambinho, que muito contribuiu com a cidade de Muzambinho e com esta Casa, Dr. Marco Régis. Cumprimento a Sra. Rosimar Prado, diretora da Superintendência Regional de Ensino – SRE – de Poços de Caldas; todos os funcionários da Casa; o Juarez, vereador de Boa Esperança; o Ronei, ex-prefeito de Nova Resende; e o Dr. Roosevelt. De forma especial, cumprimento toda a nossa equipe e assessoria do Sul de Minas e da Assembleia Legislativa; todos os alunos, que também muito têm feito por essa escola; a professora Maria Messias Gomes, que muito já fez e tem feito pela escola, contribuindo com a educação; os professores Maria Aparecida Lima, Cleide Labanca, Soraia Anderson, Jarbas Aurélio, Lucas Pisa, Denise Rodrigues, Anaí Navarro e Tânia Posidônio; a vice-diretora Zoraide de Fátima Leite; os funcionários Marcos Bueno e Doralice; e Norma Maria Dias, representante do colegiado da escola. Agradecemos a participação dos ex-alunos que são integrantes da Escola de Samba Estrela Dourada, do Bairro Vila Bueno.

Apresentamos o requerimento para homenagear a Escola Estadual Cesário Coimbra por tudo que já fez pela nossa região. Um século é muito tempo de contribuição. Essa escola muito tem feito e muito ainda fará. Esta homenagem é o mínimo que podemos fazer diante da grandeza dessa escola e de todos os diretores, professores, serviçais e alunos.

Quando verificamos a história dessa escola, vemos como foi o seu início e o que tem sido feito para mantê-la avançando a cada ano. Só temos a agradecer. “Educar o aluno, desenvolvendo suas habilidades e competências para exercer a cidadania em benefício de uma sociedade justa e solidária”.

Só temos a agradecer à Escola Estadual Cesário Coimbra e dar-lhe os parabéns. Esta é uma pequena homenagem por tudo que tem feito por Muzambinho e região. Muito obrigado a todos.

### **Entrega de Placa**

O locutor – Neste momento, o deputado Ulysses Gomes, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega à diretora da Escola Estadual Cesário Coimbra de Muzambinho, Sra. Heloísa Helena de Pádua Magalhães Santos, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Inaugurada em 31/1/1915, a Escola Estadual Cesário Coimbra foi o primeiro educandário público do Município de Muzambinho. Há 100 anos, seus colaboradores trabalham com o compromisso de oferecer a seus alunos uma educação de qualidade, com o desenvolvimento de habilidades e competências e do espírito de cidadania. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em reconhecimento ao nobre trabalho educacional da Escola Estadual Cesário Coimbra, presta a seus gestores e corpo docente esta justa homenagem”.

O presidente – Convido o nobre amigo, deputado Emidinho Madeira para, conosco, entregar a placa.

– Procede-se à entrega da placa.

### **Palavras da Sra. Heloísa Helena de Pádua Magalhães Santos**

Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar os Exmos. Srs. deputados Ulysses Gomes, 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e Emidinho Madeira; Ivan de Freitas, prefeito de Muzambinho; Itamar Hellebrande, secretário municipal de Muzambinho; Marco Régis, deputado no período de 1995 a 2003 e ex-prefeito de Muzambinho; e a Exma. Sra. Rosimar Prado Carvalho, diretora da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas.

Eu, Heloísa Magalhães, em nome da Escola Estadual Cesário Coimbra, agradeço a honraria concedida à nossa escola e gostaria de conseguir expressar o valor e o significado desse reconhecimento para todos nós que fazemos parte dessa história. Essa homenagem demonstra reconhecimento ao nosso trabalho e o valor dado à educação no Estado de Minas Gerais.

“Nem só de pão vive o homem”, mas também de palavras. Nós, trabalhadores da educação, não vivemos só do nosso salário, mas precisamos imensamente de palavras de incentivo e reconhecimento pelo que realizamos. Por isso, agradeço a todos que contribuíram com o deputado Emidinho Madeira para que pudéssemos estar aqui hoje. Agradeço, em especial, ao professor Ivan de Freitas, prefeito de Muzambinho, que é professor e não deixou de sê-lo em nenhum momento, acredito eu; e ao Itamar Hellebrande, secretário de Ação Social – eles nos apoiaram muito, não mediram esforços para o sucesso deste evento. Agradeço à escola de samba Estrela Dourada. Muito obrigada pelo tempo que vocês passaram ensaiando, pelo carinho que vocês demonstraram com a nossa escola. É muito

gostoso sentir esse carinho de vocês. Parabéns, porque vocês foram campeões neste ano em Muzambinho. Sei que isso é muito importante para vocês. Agradeço também aos pais e alunos presentes. Alunos, vocês são o nosso objetivo, o nosso ponto principal são vocês. Quero que vocês sintam sempre que a Escola Estadual Cesário Coimbra sobrevive e faz o seu trabalho em função de vocês, só de vocês. Esse é o nosso objetivo.

Espero que vocês que estão aqui hoje entendam a força e o poder que tem esta Casa de leis, como é importante estar aqui e a importância de todos os deputados para a educação em Minas Gerais. Que vocês consigam se tornar cidadãos cada vez mais participativos, politizados, para melhorarmos muito, mas muito, o nosso país.

Além disso, que todos vocês da escola pública tenham o mesmo direito e a mesma condição de igualdade que qualquer outro aluno de uma escola particular. Precisamos muito disso.

Agradeço a toda a mídia presente, que divulgou e está divulgando nosso trabalho, e à nossa diretora Rosimar Prado Carvalho, que, desde que o ano começou, está sempre com nossa escola e com todas as escolas da nossa região de Poços de Caldas. É muito importante a sua presença. Nesse pouco tempo em que estamos convivendo, já me tornei sua fã. Muito obrigada.

Para encerrar, agradeço, com todo carinho e companheirismo, à vice-diretora Zoraide de Fátima Leite, que sempre está junto para o que der e vier, até para chamar a atenção e ajudar no crescimento de todos vocês. É muito importante, Zoraide, a sua união comigo, a sua participação. Muito obrigada.

Quero agradecer, com muito carinho, a todos os professores que estão aqui. Sei que fazem muito mais do que têm de fazer. É uma pena que outros não consigam enxergar e não participem da escola para ver como ali não fazemos questão de horário nem de função nem de trabalho. É uma união mesmo. Vocês podem ter certeza de que todos os professores e funcionários da Escola Cesário Coimbra fazem muito mais do que pelo salário, fazem pelo amor e pelo ideal que temos na educação e por acreditarmos que estamos contribuindo para a vida de cada aluno da nossa escola. Sei que esse é o objetivo de vocês. Agradeço por ter comigo uma equipe tão boa e parceira na minha Escola Cesário Coimbra. Muito obrigada a todos. Só gostaria de dizer que toda essa equipe da Escola Cesário Coimbra é formada muito mais do que somente por profissionais ou por qualquer outra coisa: ela é o coração e a alma da Escola Estadual Cesário Coimbra. Muito obrigada.

#### **Palavras do Presidente**

Quero cumprimentar, com muita alegria e em nome de todos os profissionais da rede estadual de educação, a professora Heloísa Magalhães Santos, diretora da Escola Estadual Cesário Coimbra, a quem parabeno e agradeço pela presença; os Srs. Ivan de Freitas, nosso prefeito de Muzambinho; Itamar Hellebrande, secretário de Ação Social de Muzambinho; Marco Régis, nosso ex-deputado desta Casa no período de 1995 a 2003, com quem é uma alegria compor esta Mesa; a professora Rosimar de Prado Carvalho, diretora da SRE de Poços de Caldas, defensora da educação e grande amiga do Eloísio, nosso prefeito de Poços de Caldas, que fala muito bem da senhora; e o deputado Emidinho Madeira, nosso amigo e autor do requerimento que promove hoje esta homenagem nesta Casa. Parabéns, Emidinho Madeira. É uma honra poder participar deste ato representando o nobre deputado Adalclever Lopes, presidente da Casa.

A comemoração dos 100 anos de fundação da Escola Estadual Cesário Coimbra significa o reconhecimento desta Casa Legislativa a uma das escolas públicas mais tradicionais de Minas Gerais, que nasceu como grupo escolar, então uma vocação inovadora em nossa República. De fato, os grupos escolares surgiram com a República, como estratégia política, visando simultaneamente à universalização do ensino e à modernização do País, com um novo sistema de educação primária e com um programa que proporcionava uma formação integral – intelectual, física e moral.

Sendo a educação fator fundamental no contexto das mudanças que vêm nos reposicionando no cenário global, precisamos ainda mais de modelos pedagógicos que promovam cidadãos ativos, capazes de interagir com consciência e responsabilidade em um mundo em acelerada transformação tecnológica. Nesse contexto, não tenho dúvida de que a Escola Estadual Cesário Coimbra representa uma educação transformadora, que, em suas diversas fases, tem atendido a toda a sociedade de Muzambinho, proporcionando a seus cidadãos acesso ao conhecimento que conduz a uma vida melhor.

No início, a escola funcionava como curso primário, de 1ª a 4ª séries, com o nome de Grupo Escolar Cesário Coimbra. Em 1931, a escola noturna foi implantada, e a escola passou a ter curso supletivo, de 1966 até 1972. Dois anos mais tarde, o pré-escolar foi implantado na escola, que recebeu o nome com que hoje é conhecida. Atualmente, trabalha com alunos do 6º ao 9º anos do ensino fundamental, com aproximadamente 600 alunos.

Para todas as gerações de muzambinhenses, que, em seus bancos escolares, foram alfabetizados e preparados para a devida continuidade de seus estudos, num ambiente seguro e integrado aos esforços familiares, esta homenagem é realizada. Na pessoa da atual diretora, Heloísa Helena de Pádua Magalhães Santos, cumprimentamos professores, funcionários e alunos. Recordamos também os diretores que a antecederam, bem como os corpos discente e docente que, por 100 anos, lapidaram, com esforço, dedicação e carinho, a formação dos cidadãos oriundos, primeiro, do grupo escolar e, depois, da Escola Estadual Cesário Coimbra.

Minas Gerais se orgulha dessa história e dos indivíduos que a moldaram. Temos a mais forte convicção de que o futuro dessa instituição terá novos capítulos à altura do seu presente e do seu passado. Parabeno, mais uma vez, cada um e cada uma e, em especial, o Emidinho Madeira, que teve essa honrosa iniciativa, e toda a sua equipe, que se mobilizou. Mas, sem dúvida nenhuma, em especial, parabeno cada um de vocês que compõem essa história rica e vitoriosa.

Com muita alegria, deixo registrada, em nome do presidente da Casa, esta homenagem que também engratece a Casa Legislativa, por ter a participação de cada um e de cada uma aqui. Muito obrigado.

#### **Apresentação Artística**

O locutor – A aluna Gabriela Bárbara Januário, do 8º - F da Escola Estadual Cesário Coimbra, vai declamar a poesia: *Cem anos de Cesário*, escrita por Thaila Fabian Goulart, aluna do 8º - B.

A estudante Gabriela Bárbara Januário – Meu nome é Gabriela Bárbara Januário e vou declamar a poesia *Cem anos de Cesário*: “Era uma vez uma escola com arquitetura antiga, porém muito bonita. Uma escola cheia de conquistas que faz futuro médico ou que

faz futuro cientista. Uma escola com ótimos mestres, que ensinam o caminho certo em apenas quatro bimestres. Uma escola que já teve altos e baixos, mas o que vale são suas vitórias que sempre ficarão na história. Uma escola com desempenho excelente, que é orgulho da cidade e tem pessoas muito inteligentes. Mas que escola é essa? Que escola transmite tanta energia? Essa escola é o Cesário Coimbra, que completa 100 anos de muita alegria”.

#### **Apresentação Musical**

O locutor – Assistiremos agora à apresentação da escola de samba Estrela Dourada, de Muzambinho, que interpretará o samba enredo *Cesário Coimbra, 100 Anos de Amor e Emoção*, de autoria do ex-aluno Jair Donizete, na voz de João Amaro Vieira e do professor Jarbas Aurélio Anderson e sob a regência do mestre Tales Diego Ernesto e do contramestre Mário Sérgio – Buiú.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Mais uma vez, quero agradecer a cada um e a cada uma e dizer que esta homenagem foi transmitida ao vivo pela TV Assembleia aos mais de 240 municípios onde a TV é aberta e também ao vivo, pela internet. O nosso deputado Emidinho Madeira presenteará depois a diretora com a cópia desta transmissão, para que o registro desta homenagem também faça parte da história tão bonita dessa escola. Mais uma vez, a Assembleia agradece a todos e os parabeniza pela honrosa história e trajetória de todos.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando os deputados e as deputadas para a ordinária de terça-feira, dia 11, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/4/2015**

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Fábio Cherem, membros da Comissão de Participação Popular, a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Durval Ângelo por indicação da Liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira e Fábio Cherem, membros da Comissão de Direitos Humanos. Está presente, também, a deputada Geisa Teixeira. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o conceito contemporâneo de família e a discutir e votar proposições das comissões. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Nivia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público, Júnia Roman Carvalho, defensora pública do Estado, Regina Helena Alves da Silva, professora associada da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, e os Srs. Nilmário Miranda, ex-deputado federal e ex-secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, Marco Aurélio Máximo Prado, coordenador do Núcleo dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT – UFMG –, Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, e Anderson Cunha Santos, presidente do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Contagem – Cellos –, representando o Sr. Carlos Magno Silva Fonseca, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT –, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidenta, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra à deputada e aos deputados presentes e, em seguida, aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2015.

Marília Campos, presidente – Cristiano Silveira.

### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/7/2015**

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Thiago Cota, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar e discutir proposições da Comissão.

Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.314, 1.293 e 1.391/2015.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.595/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de informações sobre as ações deste órgão em relação à Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, localizada no Município de Jequitibá, que se encontra em risco de desabamento;

nº 2.596/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja realizada visita à Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, localizada no Município de Jequitibá, com a presença do secretário de Estado de Cultura e da presidente do Iepha, para verificar a situação da edificação que se encontra em risco de desabamento;

nº 2.597/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para a liberação de recursos visando à execução das obras necessárias para a reforma da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, localizada no Município de Jequitibá;

nº 2.598/2015, dos deputados Bosco e Thiago Cota e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam ao presidente da Assembleia seja formulado voto de congratulações com o Deputado Lafayette de Andrada, extensivo aos membros do projeto desta Casa denominado



"Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil", que na data de 7/7/2015, lançou a *Edição Revisada do Livro História da Revolução Liberal de 1842*, de autoria do Cônego Antônio Marinho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2015.

Bosco, presidente – Cristina Corrêa – Thiago Cota.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE MARIA DO CARMO LARA PERPÉTUO PARA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF – FHA – , EM 10/7/2015**

Às 11h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Professor Neivaldo e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e os deputados Rogério Correia e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Neivaldo, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública da indicada, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Após tecer suas considerações iniciais, o presidente, deputado Professor Neivaldo, passa a palavra à indicada para sua explanação. Em seguida, passa a palavra aos membros da comissão para que façam seus questionamentos, que são respondidos pela indicada, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela aprovação da Indicação nº 15/2015 (relator: deputado Professor Neivaldo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2015.

Professor Neivaldo, presidente.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/7/2015**

Às 18h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Fábio Cherem e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Tiago Ulisses e João Alberto. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 18h38min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados João Magalhães, Glaycon Franco (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), Cabo Júlio e Fábio Cherem. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.020/2015, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Fábio Cherem). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2015.

João Magalhães, presidente – Gustavo Corrêa – Agostinho Patrus Filho – Cristina Corrêa – Rogério Correia.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/7/2015**

Às 10h15min, comparecem no Centro de Eventos em Jaíba os deputados Missionário Márcio Santiago, Leandro Genaro e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Missionário Márcio Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o enfrentamento do uso de *crack* e outras drogas no Município de Jaíba. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Associação Jaibense de Apoio ao Menor solicitando colaboração da Assembleia Legislativa no sentido de articular recursos para investimentos em ações preventivas contra as drogas. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Enoch Vinícius Campos de Lima, prefeito municipal de Jaíba; Maj. PM João Aparecido do Nascimento, comandante do 51º Batalhão de Polícia Militar de Janaúba; Breno Barbosa Itamar de Oliveira, delegado de Polícia Civil, representando o Sr. Gessiane Soares Cangussu, delegada regional de Polícia Civil de Janaúba; Sgt. PM Fábio Fernandes da Silva, membro do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência da Polícia Militar de Minas Gerais; Auricharles Nunes Marins, presidente da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – Apac – de Jaíba; e Antônio José de Lima Souza, pastor da Igreja Mundial do Poder de Deus, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o presidente, deputado Missionário Márcio Santiago, passa a tecer suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra aos demais deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência

retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.699/2015, do deputado Missionário Márcio Santiago, do deputado Leandro Genaro e do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para agilizar a instalação da comarca de Jaíba, uma vez que sua criação já foi aprovada;

nº 2.700/2015, dos deputados Missionário Márcio Santiago, Leandro Genaro e Noraldino Júnior, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para incluir a Escola Estadual Núcleo Habitacional NH-1, área F, localizada no Projeto Jaíba, entre as escolas que receberão câmeras de vigilância eletrônica;

nº 2.701/2015, dos deputados Missionário Márcio Santiago, Leandro Genaro e Noraldino Júnior, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para melhorias na Rodovia LMG-401, especialmente no trecho entre Jaíba e Mocaminho, no Projeto Jaíba;

nº 2.702/2015, dos deputados Missionário Márcio Santiago, Leandro Genaro e Noraldino Júnior, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de providências para agilizar o atendimento das seguintes demandas, junto aos órgãos mencionados: 1) instalação da comarca de Jaíba, uma vez que sua criação já foi aprovada (Tribunal de Justiça de Minas Gerais); 2) inclusão da Escola Estadual Núcleo Habitacional NH-1, área F, localizada no Projeto Jaíba, entre as escolas que receberão câmeras de vigilância eletrônica (Secretaria de Estado de Educação); 3) melhorias na Rodovia LMG 401, especialmente no trecho entre Jaíba e Mocaminho, no Projeto Jaíba (DER-MG).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Antônio Jorge, presidente – Ione Pinheiro – Missionário Marcio Santiago.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/7/2015**

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta, Fábio Avelar Oliveira e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 230/2015 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 694/2015 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira); 1.108/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.028; 1.062; 1.234; 1.235; 1.236 e 1.237/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 983 e 985/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.661/2015, dos deputados Anselmo José Domingos, João Vítor Xavier, Fábio Avelar e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja realizada visita técnica ao Estádio Raimundo Sampaio (Arena Independência), administrado pela BWA Administração de Arenas, para que seja analisada a qualidade do gramado e a estrutura das instalações dos vestiários, com intuito de viabilizar a realização de jogos amadores preliminares aos jogos principais durante o Campeonato Mineiro de Futebol.

nº 2.662/2015, dos deputados Fábio Avelar, Geraldo Pimenta, João Vítor Xavier e Anselmo José Domingos, em que solicitam seja realizada visita ao Estádio Governador Magalhães Pinto para que seja analisada a qualidade do gramado e a estrutura das instalações dos vestiários, com o intuito de viabilizar a realização de jogos amadores preliminares aos jogos principais durante o Campeonato Mineiro de Futebol.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/7/2015**

Às 15h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tito Torres, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:



nº 2.663/2015, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Tito Torres, em que solicitam seja ouvida a Sra. Íria de Melo, assessora técnica da Secretaria de Estado de Governo, presente na 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A seguir, é aprovado relatório da audiência pública conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizada no dia 29/6/2015, às 14 horas, que segue publicado após as assinaturas. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Íria de Melo, assessora técnica da Secretaria de Estado de Governo, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Bonifácio Mourão – Luiz Humberto Carneiro.

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

#### I – Local, data e hora da realização

Auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 29/6/2015, às 14 horas.

#### II – Autores do requerimento

Deputados Duarte Bechir e Fred Costa.

#### III – Presenças

Compareceram os deputados Duarte Bechir, Fred Costa e Antônio Carlos Arantes.

#### IV – Convidados

Ronaldo José Senna Camargo, superintendente de Políticas de Assistência Social, representando André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Monike Valent Silva Borges, mestranda do programa de pós-graduação do Ministério Público de Minas Gerais, representando Lais Maria Costa Silveira, promotora de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte; Márcia Brandão Magalhães, representando Maria Aparecida de Oliveira, presidente da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais – Apape; Bertolo Mateus Oliveira Filho, procurador de Justiça e coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e Idosos do Ministério Público de Minas Gerais; Leonardo Soares Nader, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac; Rogério de Araújo Souza, pai de criança com transtorno do espectro do autismo e associado da Apape.

#### V – Finalidade da reunião

Debater a interrupção de repasse de recursos em benefício de alunos com necessidades educacionais especiais em Minas Gerais.

#### VI – Temas abordados

O presidente da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, deputado Duarte Bechir, leu correspondência eletrônica enviada à comissão por Márcia Brandão Magalhães, mãe de um aluno com deficiência, solicitando providências urgentes do governo estadual e relatando as dificuldades por que vêm passando as famílias que deixaram de receber a chamada “Bolsa Caade”. Os relatos de atraso no recebimento das bolsas também motivaram uma audiência pública anterior a essa, realizada pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização em 24/3/2015.

O deputado Duarte Bechir manifestou sua solidariedade pela luta dos pais de crianças com deficiência ou dos responsáveis por elas e comunicou que a comissão solicitou uma visita à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, para solucionar o problema o mais rápido possível.

O deputado Fred Costa, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, afirmou que a bolsa não é uma benesse do Estado, mas uma conquista dos pais e das mães dos alunos com deficiência ou dos responsáveis por eles.

O deputado Antônio Carlos Arantes disse que a retomada do benefício é uma prioridade. Para o deputado, o governo deve cumprir o seu papel, e o voluntariado deve complementar.

Bertolo Mateus, coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e Idosos, relatou que, desde que a “Bolsa Caade” foi criada, há cerca de 20 anos, ela se situa em um vácuo legislativo, pois nunca esteve fundamentada em lei. Explicou ainda que o Ministério Público não proíbe o pagamento da bolsa pelo Estado, mas afirmou que é seu dever empenhar-se pela legalização dos repasses.

Rogério de Araújo Souza, membro da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais – Apape –, ressaltou a necessidade urgente de definir critérios que regularizem a concessão dos auxílios financeiros a famílias com pessoas com deficiência. Lembrou que o Conselho Estadual de Defesa das Pessoas com Deficiência – Conped – já tratou do tema em algumas reuniões, nas quais houve pouca participação do governo estadual.

Márcia Brandão Magalhães, mãe de um jovem com transtorno do espectro do autismo, assinalou as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias que tiveram o benefício interrompido.

Cláudia Viana Bhering, mãe de uma estudante com deficiência, apresentou documentos que comprovavam os auxílios recebidos pelo Estado. Declarou que recebe o recurso há 17 anos e questionou o posicionamento do Ministério Público de que existe um “vácuo legal” na concessão das bolsas.

Luzia Zolini, diretora da Associação Família Down, criticou o Atendimento Educacional Especializado – serviço da educação especial – e afirmou que as pessoas com deficiência também precisam de auxílio escolar após a infância e a juventude.



Norma Duarte Gonçalves, mãe de um aluno com deficiência, defendeu o atual governo e indagou por que os presentes não questionaram a legalização da bolsa nos 20 anos anteriores.

Maria Aparecida de Faria Quaresma, mãe de uma criança com transtorno do espectro do autismo, relatou que está passando por sérias dificuldades financeiras devido à interrupção do repasse da “Bolsa Caade”.

Ronaldo José Senna, superintendente de Políticas de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –, apresentou dados relativos aos serviços do Sistema Único de Assistência Social – Suas – voltados às pessoas com deficiência em Minas Gerais.

O superintendente lembrou que a “Bolsa Caade” estava sob a responsabilidade da Sedese e, com a reforma na estrutura administrativa do Poder Executivo, o benefício foi transferido à Sedpac. Asseverou que o governo não poderia limitar o atendimento apenas a 270 famílias, pois as políticas públicas devem abranger o maior número de pessoas, considerando a realidade de todo o Estado.

Leonardo Nader, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Sedpac, esclareceu que o benefício atende a cerca de 270 famílias, 79% das quais residem no Município de Belo Horizonte. Segundo Nader, não é justo que, em um Estado com 853 municípios, apenas uma parcela da população, concentrada na região de Belo Horizonte, receba o recurso. Alegou que o critério para a concessão das bolsas se baseava na intercessão de agentes políticos, que indicavam o beneficiário.

O subsecretário ratificou a proposta de constituição de um grupo de estudos para a definição de critérios mais inclusivos e igualitários. Afirmou também que o atual governo quitou as parcelas em atraso referentes ao ano de 2014, que totalizavam um valor superior a R\$ 380.000,00.

Ao final da reunião, o deputado Duarte Bechir apresentou a proposta de realização de uma visita conjunta das comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Assuntos Municipais e Regionalização à Sedpac, com a participação de um representante de pais e alunos, com o objetivo de debater a situação desses beneficiários.

O deputado também informou que seria encaminhado um ofício ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos, solicitando que esse órgão se manifeste sobre o atraso e cobre a continuidade de pagamento do auxílio.

#### VII – Deliberações

Foram apresentadas as seguintes proposições relacionadas com a finalidade da audiência: Requerimento de Comissão nº 2.466, de 2015, em que se solicita o encaminhamento de um pedido de providências ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos, sugerindo que se manifeste acerca da concessão da ajuda de custo para pagamento das mensalidades em escola especial, chamada de “Bolsa Caade”; Requerimento de Comissão nº 2.465, de 2015, em que se solicita a realização de visita conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, com a presença de um representante dos pais de alunos beneficiários da chamada “Bolsa Caade”, com o objetivo de discutir a concessão da referida bolsa.

A visita ocorreu em 2/7/2015, com a participação do deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e de Márcia Brandão e Adriane Cruz, representando as mães de alunos com deficiência beneficiários da bolsa, que foram recebidos pelo secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, pelo secretário adjunto da Sedpac, Gabriel Rocha, e pelo subsecretário de Promoção de Direitos Humanos, Leonardo Nader.

O principal tópico abordado na visita foi a necessidade de agilizar o processo de reformulação dos critérios para a concessão da “Bolsa Caade” e de definir a situação dos alunos que não receberam o pagamento do benefício referente aos meses de 2015, conforme definido ao final da audiência pública de 29/6/2015.

No início da visita à Sedpac, o deputado Duarte Bechir expôs a situação das mães que dependem do benefício para custear as despesas com a educação de seus filhos, ressaltando a necessidade de se criar uma regra de transição para garantir a continuidade na concessão das bolsas até que se definam os novos critérios.

Márcia Brandão, uma das mães que utilizava a “Bolsa Caade”, relatou que está utilizando o Benefício de Prestação Continuada – BPC –, da esfera federal, concedido às pessoas com deficiência, para custear as despesas com a educação do filho. Informou que infelizmente muitas mães não podem usar o BPC para pagar as mensalidades, pois precisam do recurso para suprir necessidades mais básicas.

Adriane Cruz relatou que atualmente não utiliza a “Bolsa Caade”, porque seu filho está matriculado em uma escola municipal; afirmou, porém, que nem todas as escolas públicas contam com os recursos disponíveis na escola de seu filho. Informou ainda que estava preocupada com muitos pais que assumiram despesas com escolas particulares neste ano e que não teriam condições de quitar as dívidas caso o benefício fosse interrompido.

O secretário Nilmário Miranda informou que existem duas questões principais a serem decididas acerca da concessão da bolsa: em primeiro lugar, quem será o responsável pela coordenação e pelo pagamento do auxílio – a própria Sedpac, a Sedese ou a Secretaria de Estado de Educação; em segundo, quais serão os novos critérios para a concessão do benefício. O secretário disse que está consciente da situação das famílias e que está tomando providências para agilizar o processo de constituição do grupo de trabalho para a reformulação dos critérios.

O secretário adjunto da Sedpac relatou que encontrou dificuldades para finalizar o processo de pagamento dos últimos meses de 2014. Afirmou que o empenho dos servidores da secretaria, porém, possibilitou que o prazo de 20 de junho fosse cumprido. Ressaltou que uma das dificuldades foi a falta de respaldo legal para a concessão das bolsas. Como a equipe que chegou à Secretaria tinha poucas informações sobre a ação, visto que não há regulamentação a respeito, foi necessário localizar documentos para comprovação dos beneficiários.

Os representantes do Poder Executivo salientaram a importância da constituição de uma política para as pessoas com deficiência que considere as necessidades de todo o Estado e que indique critérios claros para a seleção dos beneficiários.



Ao final da visita, o deputado Duarte Bechir destacou a importância de posicionamento do Executivo acerca da situação das famílias que aguardam a continuidade do recebimento da “Bolsa Caade” para 2015.

A visita foi, portanto, uma oportunidade para que as preocupações manifestadas na audiência de 29/6/2015 acerca da situação dos beneficiários da “Bolsa Caade” fossem relatadas diretamente ao secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. A visita possibilitou ainda conhecer o posicionamento do secretário sobre o assunto e solicitar maior agilidade do governo na resolução do problema.

Em resposta, o secretário afirmou que vai envidar esforços para agilizar a constituição do grupo de trabalho para discutir os novos critérios que nortearão a concessão do benefício e definir a situação dos antigos beneficiários. A visita, então, foi profícua e contribuiu para que as questões debatidas na audiência pública apresentada neste relatório sejam solucionadas com maior presteza.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Fred Costa – Arnaldo Silva – Tito Torres.

#### **ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/7/2015**

Às 14h22min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.513, 1.515 e 1.516/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.690/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Cel.-PM Cláudia Araújo Romualdo, diretora de Recursos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais, pedido de informações sobre a quantidade de policiais militares (praças, praças especiais e oficiais) que se encontram classificados no conceito C, com a respectiva pontuação, e sobre quanto tempo é necessário para que um policial militar classificado no conceito C-150 pontos negativos alcance o conceito B-24, com condições de ser promovido e participar de cursos na instituição, bem como quanto a aplicação do art. 94, da Lei nº 14.310, de 2002;

nº 2.694/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao Sgt. Orlando Costa de Souza pelo desempenho de suas funções policiais no Município de Itamarandiba, em especial no Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd –;

nº 2.696/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater os problemas verificados no Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais durante visita realizada no dia 15/7/2015, bem como para discutir as denúncias recebidas sobre convênios firmados de forma irregular, em particular no tocante a pagamentos e valores acordados entre esse Hospital, o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – e a Fundação Guimarães Rosa;

nº 2.698/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre a aplicação do art. 94 da Lei nº 14.310, de 2002, em sua integralidade, pelas instituições militares do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/7/2015**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as supostas violações dos direitos humanos com a implantação do Projeto Hidroagrícola do Município de Jequietaí, conforme denúncias feitas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de denúncia, feita pelos detentos da Unidade 3 do Complexo Penitenciário da Parceria Público-Privada – PPP – de Ribeirão das Neves, semiaberto, de que os direitos dos presos são ignorados nesse estabelecimento. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral (4/7/2015), e dos Srs. Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (2/7/2015), Marco Aurélio Joviano Proença, chefe do Núcleo de Correição Administrativa do DER-MG (4/7/2015), Júlio César Luciano, promotor de justiça da 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte (10/7/2015). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Daniela de Souza, analista ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Dalva Estela Leite do Nascimento, superintendente de Prevenção e Mediação de Conflitos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Maria Alves de Souza, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas; Maria das Dores Oliveira Duarte, prefeita municipal de Claro dos



Poções; e Flávia Ribas Lessa, integrante da Direção Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens; e os Srs. Leonardo Koury Martins, superintendente de segurança alimentar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, representando o secretário, Glênio Martins de Lima Mariano; Geraldo Pires de Oliveira, coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – Regional Egidio Brunet – Pirapora; e Mauro Luiz Fonseca, integrante da Comissão dos Atingidos pela Barragem Jequitai, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.703/2015, dos deputados Rogério Correia e Cristiano Silveira, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos no Município de Jequitai para debater os impactos e possíveis violações de direitos humanos na construção e implantação da barragem sobre o Rio Jequitai;

nº 2.704/2015, dos deputados Rogério Correia e Cristiano Silveira, em que solicitam seja encaminhado às Secretarias de Estado de Meio Ambiente, de Trabalho e Desenvolvimento Social, de Desenvolvimento Agrário e de Direitos Humanos, à Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – em Minas Gerais, à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais e à Ruralminas, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 16/7/2015, para que as medidas sugeridas nessa reunião para mitigar os impactos sociais e ambientais da construção da barragem no Rio Jequitai sejam acatadas e implementadas, incluindo o novo Plano de Ação Social;

nº 2.705/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Nacional de Política para Mulheres, à Coordenadoria Especial de Política Pública para Mulheres, ao CAO Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais, ao promotor de Justiça e ao delegado da Polícia Civil da Comarca de Santos Dumont, pedido de providências para que seja apurada denúncia de possível assédio moral, abuso de poder e perseguição política que vem sofrendo Cláudia Jacintho Corrêa, vereadora e servidora pública efetiva da Prefeitura de Santos Dumont;

nº 2.722/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Comissão Extraordinária das Mulheres ofício, acompanhado de denúncia recebida pela Comissão de Direitos Humanos, para conhecimento de possível assédio moral, abuso de poder e perseguição política que vem sofrendo Cláudia Jacintho Corrêa, vereadora e servidora pública efetiva da Prefeitura de Santos Dumont.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Carlos Pimenta – Professor Neivaldo – Rogério Correia.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS, EM 16/7/2015**

Às 18h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior e Anselmo José Domingos (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os malefícios da utilização de veículos de tração animal no que se refere à ocorrência de maus-tratos aos animais, prejuízo ao trânsito e à questão social dos carroceiros, bem como alternativas à utilização desse meio de transporte, e a votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maristela Miranda Rodrigues, gerente de Articulação de Mobilidade para a Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte e presidente da comissão responsável pela regulamentação da Lei Municipal de Belo Horizonte nº 10.119; Bárbara Goloubeff, médica veterinária especializada em equinos e membro do Instituto Vivendi; Elvira Miriam Veloso de Mello Cosendey, psicóloga e membro do Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador; e Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da OAB; e os Srs. Délio de Jesus Malheiros, vice-prefeito municipal de Belo Horizonte; Ten. PM Adenilson Brito Ferreira, comandante dos 1º e 4º Pelotões da Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente, representando o Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante dessa companhia; Eric Alves Machado, fiscal de Meio Ambiente de Contagem e coordenador da ONG Proteger; Giovanni Roberto Soares, presidente da Associação dos Condutores de Veículos de Tração Animal de Belo Horizonte; Vitor Corleone Moreira da Silva, sargento da Polícia Militar de Minas Gerais; Franklin Soares Oliveira, coordenador do Núcleo Fauna de Defesa Animal; Francisco Fabiano Diniz Junior, professor e vereador da Câmara Municipal de Três Pontas; Léo de Oliveira, vereador e membro da Comissão de Proteção dos Animais da Câmara Municipal de Juiz de Fora; e Gilson Dias Rodrigues, médico-veterinário, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao deputado Anselmo José Domingos e aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Fred Costa. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Às 22h15min prorroga-se a reunião e retira-se o deputado Anselmo José Domingos. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Leandro Genaro.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/8/2015**

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Bonifácio Mourão, Luiz Humberto Carneiro e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado João Alberto, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dilzon Melo e Dirceu Ribeiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: ofício do deputado Cássio Soares, encaminhando o Estatuto do Moto Clube Esquadrão MG, necessário à tramitação do Projeto de Lei nº 2.337/2015, e despacho do gabinete do deputado Rogério Correia, encaminhando o estatuto social da Associação Civil sem fins lucrativos denominada Associação Construindo um Novo Horizonte, necessário à tramitação do Projeto de Lei nº 2.472/2015. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 14/07/2015 do Sr. Robson Souza de Almeida, secretário-geral da Câmara Municipal de Varginha. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 425/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado João Alberto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.347/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão); 1.494/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). Registra-se a entrada dos deputados Isauro Calais e Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 120/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais); 563 e 1.095/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Buenópolis o Projeto de Lei nº 257/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, à Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete e ao autor o Projeto de Lei nº 1.561/2015; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 1.562/2015, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 1.628/2015 e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.049/2015 (relator: deputado Antônio Jorge); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 1.563/2015 (relator: deputado Isauro Calais); ao autor, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco o Projeto de Lei nº 1.606/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda, em virtude de redistribuição); ao autor e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 1.635/2015, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.046/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.047/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 281 e 373/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão) e 898/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Antônio Jorge, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 1.039/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Antônio Jorge. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 687/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Isauro Calais. O Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 955/2015 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator após redistribuição, deputado Leonídio Bouças. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Na fase de discussão dos pareceres do relator, deputado Isauro Calais, que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 1.387 e 1.411/2015, em turno único, o presidente defere os pedidos de vista do deputado Leonídio Bouças. O Projeto de Lei nº 1.541/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.544 e 1.599/2015 (relator: deputado Antônio Jorge); 1.548, 1.560 e 2.085/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 1.557 e 1.612/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças); 1.558 e 2.072/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 1.554, 1.590 a 1.592 e 1.597/2015; ao procurador-geral de justiça do Estado o Projeto de Lei nº 1.676/2015; e aos autores dos Projetos de Lei nºs 1.555, 1.556, 1.559, 1.593 a 1.596, 1.598, 1.605, 1.611, 1.613, 1.614, 1.634, 1.646 a 1.657, 1.662, 1.789, 1.801, 1.976, 2.070, 2.206 e 2.243/2015, para que instruam as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão – João Alberto – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 239/2015

**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Relatório**

De autoria dos deputados Fred Costa, Anselmo José Domingos e Paulo Lamac, o Projeto de Lei nº 239/2015 dispõe sobre a obrigatoriedade de os fabricantes, as distribuidoras e as empresas que comercializam aparelhos televisores recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Agora, vem a proposição a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto em exame visa a estabelecer diretivas para os fabricantes, as distribuidoras e as empresas que comercializam televisores instaladas no Estado, atribuindo-lhes obrigações quanto ao recolhimento, à reciclagem e à destruição dos aparelhos, dentro das normas de proteção ambiental, inclusive a de manter em seus estabelecimentos, à disposição do público, serviço de coleta de produtos usados, danificados ou destinados à destruição. Prevê, ainda, que os fabricantes de televisores promovam campanhas e veiculem propaganda para esclarecer os usuários sobre os riscos ao meio ambiente do descarte inadequado de resíduos eletrônicos e sobre os benefícios de se recolhê-los para posterior destruição.

Na justificativa do projeto, os autores manifestam sua preocupação com o descarte do lixo eletrônico, em face do enorme volume de computadores e televisores vendidos anualmente no Brasil, sem que os consumidores saibam o que fazer no momento do seu descarte.

Tal preocupação se justifica pela realidade desse fato no País e em nosso estado. Conforme reportagem publicada no jornal O Tempo, de 22 de junho de 2015, o Brasil teria gerado 1,4 milhão de toneladas de lixo eletrônico em 2014, e Minas, em 2012, teria produzido 40 mil toneladas de resíduos metálicos provenientes de equipamentos eletroeletrônicos. É sabido que os componentes tóxicos presentes nos equipamentos eletrônicos e em baterias podem pôr em risco o meio ambiente e a saúde de seres humanos, caso esses materiais não sejam descartados de forma apropriada.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Justiça confirmou a pertinência jurídica da matéria e propôs alterações ao texto, por meio do Substitutivo nº 1, para promover adequações técnicas e para ajustá-lo à Lei nº 13.766, de 2000, que dispõe sobre a política estadual de apoio à coleta seletiva. O substitutivo propõe que aos aparelhos televisores seja dado o mesmo tratamento reservado aos resíduos especiais no que concerne ao recolhimento, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada. Por força da citada lei, entre os resíduos sólidos especiais, incluem-se os dispositivos magnéticos e eletroeletrônicos de armazenamento de dados, bem como lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias. De acordo com o seu art. 4º, compete ao Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – estabelecer normas para recolhimento, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada de resíduo sólido que, por sua composição físico-química, necessite de procedimentos especiais para descarte no meio ambiente.

As diretrizes e obrigações básicas propostas no projeto original para os fabricantes, as distribuidoras e as empresas que comercializam televisores instaladas no Estado estão contempladas na citada lei, cujas disposições abrangem a entrega, pelos usuários, dos materiais descartáveis aos estabelecimentos que comercializam originalmente os produtos ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, a fim de que eles adotem os procedimentos de reutilização, reciclagem e tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

A lei estabelece a manutenção, pelos estabelecimentos comerciais e pelas redes de assistência técnica autorizadas, de recipientes para o descarte desses resíduos pelo consumidor, conforme a categoria dos produtos comercializados, e para o seu recolhimento pelos fabricantes e importadores, conforme as recomendações técnicas concernentes aos produtos, obedecidas as diretrizes da logística reversa dos resíduos eletroeletrônicos e as normas ambientais e de saúde pública pertinentes.

A ressalva de que tais medidas devem obedecer às diretrizes da logística reversa dos resíduos eletroeletrônicos torna-se, de fato, necessária, pois os novos conceitos introduzidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, ou seja, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a logística reversa e o acordo setorial, devem ser tratados de forma articulada e integrada. A logística reversa é conceituada na legislação como “um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

Em nível nacional, o Decreto Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamentou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, criou o Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa. O Ministério de Meio Ambiente informa que, por permitir grande participação social, o acordo setorial tem sido escolhido pelo Comitê Orientador, desde sua instalação em 17/2/2011, como o instrumento preferencial para a implantação da logística reversa. Para estudar e buscar soluções de modelagem e governança para cada uma das cadeias de produtos escolhidas como prioritárias, foram criados cinco Grupos de Trabalho Temáticos para:

- 1 – embalagens plásticas de óleos lubrificantes;
- 2 – lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- 3 – produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
- 4 – embalagens em geral; e
- 5 – resíduos de medicamentos e suas embalagens.





Como procedimento comum, os grupos elaboram uma minuta de edital de chamamento para a realização de acordos setoriais, bem como a coleta de subsídios para a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para implantação de sistemas de logística reversa. Após a aprovação da viabilidade técnica e econômica para implantação do sistema em determinada cadeia pelo Comitê Orientador, o edital de chamamento das propostas para acordo setorial é o ato público necessário para dar início aos trabalhos de elaboração dos acordos. Todos os grupos já teriam concluído os seus trabalhos.

Em março de 2015, o Sistema Nacional de Informação sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – Sinir – informou a seguinte situação relativamente aos acordos, prevendo-se a consulta eletrônica como próxima etapa para os eletroeletrônicos:

### SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA EM IMPLANTAÇÃO

Cadeias	Status atual
Embalagens plásticas de óleos lubrificantes	Acordo setorial assinado em 19/12/2012 e publicado em 7/2/2013.
Lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista	Duas propostas de acordo setorial recebidas em novembro de 2012. Proposta unificada recebida em 2013. Consulta pública finalizada. Acordo setorial assinado em 27/11/2014. Publicado em 12/3/2015.
Embalagens em geral	Quatro propostas de acordo setorial recebidas entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013, sendo três consideradas válidas para negociação. Consulta pública da proposta da coalizão finalizada. Em análise.
Produtos eletroeletrônicos e seus componentes	Dez propostas de acordo setorial recebidas até junho de 2013, sendo quatro consideradas válidas para negociação. Proposta unificada recebida em janeiro de 2014. Em negociação. Próxima etapa – consulta pública.
Descarte de medicamentos	Três propostas de acordo setorial recebidas até abril de 2014. Em negociação. Próxima etapa – consulta pública.

No Estado, sem desconsiderar os passos do acordo setorial, o processo será desencadeado, de acordo com o disposto na Lei nº 13.766, a partir da norma a ser baixada pelo Copam. O projeto em análise está em consonância com as diretrizes da política nacional de resíduos sólidos e merece, portanto, o apoio desta comissão.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 239/2015, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Cássio Soares, presidente – Dilzon Melo, relator – Inácio Franco.

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.040/2015

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### Relatório

De autoria do deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.272/2011, “institui no âmbito da administração pública do Estado o Programa Desburocratiza Minas”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 16/4/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública para receber parecer.

Preliminarmente, o projeto vem a esta comissão para ser analisado quanto aos seus aspectos jurídicos, constitucionais e legais, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O projeto de lei em estudo pretende instituir, no âmbito da administração pública do Estado, o Programa Desburocratiza Minas, com o escopo de melhorar os procedimentos e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos aos cidadãos e à sociedade, tendo como diretrizes a qualidade, a eficiência, a transparência administrativa, a simplificação de trâmites, a redução de exigências burocráticas. O projeto cria, também, o Comitê Gestor de Desburocratização, vinculado ao governador do Estado e composto pelo secretário de Estado de Planejamento e Gestão, que será seu presidente, pelos secretários de Estado de Governo, de Desenvolvimento Econômico e de Fazenda e pelo advogado-geral do Estado.

Cabe dizer, inicialmente, que a matéria foi objeto de análise na legislatura anterior, caso em que obteve parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Não obstante, ao refletir novamente sobre a matéria, vislumbramos outros aspectos de natureza jurídica que inviabilizam a sua aprovação.

É importante considerar que a elaboração e a execução de programas são atividades administrativas e estão inseridas na competência material do Estado, cabendo ao Poder Executivo, estruturado como o detentor dos instrumentos apropriados para criar programas governamentais sujeitos a procedimentos técnicos, a competência para instituir esse tipo de ação.



Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.144-8/RS, que teve como relator o ministro Eros Grau, declarou inconstitucional, em acórdão publicado em 8/9/2006, a Lei nº 10.238, de 1994, do Estado do Rio Grande do Sul, que visava a instituir o Programa Estadual de Iluminação Pública, sob o fundamento de ofensa ao art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição da República. Transcrevemos a seguir trecho do acórdão: “1- Vício de iniciativa, vez que o projeto de lei foi apresentado por um parlamentar, embora trate de matéria típica de Administração. 2. O texto normativo criou novo órgão na Administração Pública estadual, o Conselho de Administração, composto, entre outros, por dois Secretários de Estado, além de acarretar ônus para o Estado-membro. Afronta ao disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição do Brasil”.

Esclarecemos que já vigora norma sobre a matéria. O Decreto nº 20.381, de 8 de janeiro de 1980, instituiu o programa estadual de desburocratização, o Decreto nº 20.591, de 3 de junho de 1980, por sua vez, estabeleceu os procedimentos para a execução desse programa, e, por fim, o Decreto nº 43.146, de 2 de janeiro de 2003, criou o Programa de Modernização da Gestão no Estado.

Por fim, informamos que, neste ano, várias proposições que tratam de programa foram consideradas inconstitucionais por esta comissão, como os Projetos de Lei nºs 542, 639, 647, 922, todos de 2015.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.040/2015.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Antônio Jorge – Isauro Calais – Luiz Humberto Carneiro – Professor Neivaldo.

### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.405/2015**

#### **Comissão de Constituição e Justiça**

##### **Relatório**

De autoria da deputada Ione Pinheiro, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.542/2013, dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mariana o trecho rodoviário que especifica.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 14/5/2015, foi a matéria distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cabe a este órgão colegiado, preliminarmente, apreciar os aspectos jurídico, constitucional e legal da proposição, conforme dispõe o art. 102, III, “a”, do mencionado Regimento.

Em 19/5/2015, esta comissão solicitou fosse o projeto encaminhado à Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, para que esta se manifestasse sobre a matéria.

De posse da resposta, passamos à análise da proposição.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.405/2015, em seu art. 1º, desafeta o trecho no sentido leste-oeste da MG-262 (Mariana–Ponte Nova), desde o entroncamento com a BR-356 até o entroncamento com a MG-129, e o trecho da MG-129 (Mariana–Santa Bárbara), que atravessa a cidade de Mariana no sentido sul-norte, do trevo da MG-262 até o local conhecido como Canela ou Morro de Santana. O art. 2º autoriza a doação dos trechos ao Município de Mariana para integrarem o perímetro urbano do município como via urbana. Por fim, o art. 3º estabelece que, se o donatário não der aos trechos a finalidade prevista no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, eles reverterão ao patrimônio do Estado.

De acordo com a classificação prevista no ordenamento jurídico brasileiro, estradas e rodovias são bens de uso comum do povo, pois se destinam ao uso coletivo e, em situações normais, não se sujeitam a autorização prévia do Estado nem a pagamento por sua utilização.

É importante observar que, por tal razão, a transferência dos citados trechos ao patrimônio do Município de Mariana não implica alteração em sua natureza jurídica, uma vez que eles continuarão inseridos na comunidade como meios de passagem pública. A modificação básica incidirá somente sobre a titularidade dos imóveis, que passarão a integrar o domínio público municipal e, consequentemente, será esse ente federativo que assumirá a responsabilidade pelas obras de sua manutenção e conservação.

Com relação à transferência da titularidade de bens públicos, as regras básicas constam no art. 18 da Constituição do Estado, que exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação para a alienação de imóveis. O dispositivo excepciona a exigência de processo licitatório quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei.

Há que se observar também o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Para bens imóveis, o inciso I desse dispositivo exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta no caso de doação.

Para que determinado bem imóvel do Estado seja objeto de doação, que é uma forma de alienação, é imprescindível sua desafetação, ou seja, a perda de sua finalidade pública. Esta ocorre normalmente na própria lei que autoriza a transferência do bem, seja de maneira explícita, conforme consta no art. 1º da proposição em análise, seja de forma implícita, quando não há referência expressa à desafetação.

Por fim, cabe ressaltar que a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais encaminhou a esta Casa a Nota Técnica Jurídica nº 416, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, e a Nota Técnica de 19/5/2015, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, declarando-se favoráveis à pretensão do projeto em exame, uma vez que os trechos possuem características urbanas.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.405/2015.



Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Antônio Jorge – Isauro Calais – Professor Neivaldo.

## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.467/2015

### Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

De autoria do deputado Mário Henrique Caixa, o Projeto de Lei nº 1.467/2015 é fruto do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.703/2013 e pretende obrigar as empresas que comercializem café no Estado de Minas Gerais a informar, nos rótulos das embalagens do produto, a porcentagem de cada espécie vegetal de que se compõe o café, bem como a porcentagem de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos da espécie *Coffea arabica*).

Publicado no Diário do Legislativo de 25/4/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Política Agropecuária e Agroindustrial, de Defesa do Consumidor e Contribuinte e a esta comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em análise objetiva obrigar as empresas que comercializem café no Estado de Minas Gerais a informar, nos rótulos das embalagens do produto, a porcentagem de cada espécie vegetal de que ele se compõe, bem como a porcentagem de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos da espécie *Coffea arabica*), destacando o deputado que a proposição, se aprovada, possibilitará ao consumidor a aquisição de um produto de melhor qualidade, sem o conilon e o P.V.A. (preto, verde, ardido), que é o resíduo do café.

Do ponto de vista da constitucionalidade e legalidade da matéria, em primeiro lugar, é oportuno ressaltar que o Estado possui competência concorrente para legislar sobre defesa da saúde e sobre direito do consumidor, conforme dispõe o art. 24, incisos V e XII, da Constituição Federal e o art. 61, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Minas Gerais.

No âmbito da União, é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa - o órgão responsável pela regulamentação da rotulagem de alimentos embalados. No caso específico do café torrado em grão e do café torrado moído, a Resolução nº 277, de 2005, também da Anvisa, regulamenta a fixação de identificação e qualidade. Segundo a referida resolução, o produto deverá ser designado com a expressão “café torrado”, seguida de sua forma de apresentação (em grão ou moído), e, na rotulagem do café, poderão constar a variedade, a origem ou a denominação específica.

É importante observar que o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, no seu art. 6º, inciso III, estabelece como direito básico do consumidor a “informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como os riscos que apresentem”.

Do Código de Defesa do Consumidor se extrai a norma geral que permite aos estados legislarem de forma concorrente sobre consumo de produtos, in verbis:

“Art. 55 – A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1º – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias”.

Também no âmbito federal, o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, institui normas básicas sobre a rotulagem de alimentos, dispondo sobre a matéria da seguinte forma:

“Art. 11 – Os rótulos deverão mencionar em caracteres perfeitamente legíveis:

I - a qualidade, a natureza e o tipo do alimento, observadas a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade ou no rótulo arquivado no órgão competente do Ministério da Saúde, no caso de alimento de fantasia ou artificial, ou de alimento não padronizado (...).”

Já com relação à regulação da temática no âmbito estadual, a Lei nº 14.580, de 2003, dispõe sobre a divulgação de informações no rótulo do café torrado, moído e embalado no Estado de Minas Gerais, definindo em seu art. 1º, o seguinte:

“Art. 1º - O rótulo do café torrado, moído e embalado por estabelecimento localizado no Estado conterà, sem prejuízo das exigências previstas na legislação federal, informações sobre:

I - a espécie do café, ou, em caso de mistura, o percentual de cada espécie na composição final do produto;

II - a classificação quanto à bebida;

III - o ponto de torra;

IV - a acidez;

V - o aroma;

VI - o sabor”.

Diante dessas considerações, denota-se que já existe no âmbito do Estado de Minas Gerais norma de proteção ao consumidor que estabelece a obrigatoriedade de rotulagem de embalagens de café com informações sobre sua origem, qualidade e, no caso de misturas, o percentual de cada grão, o que se amolda à necessidade de se assegurar ao consumidor informações claras sobre sua qualidade.

Nesta linha, é interessante notar que o Supremo Tribunal Federal se manifestou sobre situação semelhante, aduzindo, em linha de conclusão, que a importância da rotulagem das embalagens de café traduz medida necessária à efetivação dos direitos do consumidor e a proteção de sua saúde. A discussão em tela envolveu a Lei nº 13.519, de 8 de abril de 2002, do Estado do Paraná, a qual foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.832-4 Paraná, assim ementada:



“Ementa: Direito Constitucional e Administrativo. ADI contra lei paranaense 13.519, de 8 de abril de 2002, que estabelece obrigatoriedade de informação, conforme específica, nos rótulos de embalagens de café comercializado no Paraná. Alegação de ofensa aos arts. 22, I e VIII, 170, caput, IV, e parágrafo único, e 174 da Constituição Federal. Proteção ao consumidor. Ofensa indireta. Ação julgada parcialmente procedente. I - Não há usurpação de competência da União para legislar sobre direito comercial e comércio interestadual porque o ato normativo impugnado buscou, tão-somente, assegurar a proteção ao consumidor. II - Precedente deste Tribunal (ADI 1.980, Rel. Min. Sydney Sanches) no sentido de que não invade esfera de competência da União, para legislar sobre normas gerais, lei paranaense que assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre produtos combustíveis. III - Afronta ao texto constitucional indireta na medida em que se mostra indispensável o exame de conteúdo de outras normas infraconstitucionais, no caso, o Código do Consumidor. IV - Incorre delegação de poder de fiscalização a particulares quando se verifica que a norma impugnada estabelece que os selos de qualidade serão emitidos por entidades vinculadas à Administração Pública estadual. V - Ação julgada parcialmente procedente apenas no ponto em que a lei impugnada estende os seus efeitos a outras unidades da Federação”. ADI 2832/PR. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Julgamento: 7/5/2008. Publicado: 20/6/2008. (Grifos nossos.)

Na aludida ADI sustentou-se que a norma paranaense teria violado o art. 22, incisos I e VIII, da Constituição da República, já que é competência privativa da União legislar sobre direito comercial e comércio interestadual. Nesse contexto, o relator argumentou, sendo seguido pela maioria, que a norma impugnada não teria usurpado competência da União para legislar sobre direito comercial e comércio interestadual, afirmando que o ato normativo impugnado tão somente visou à proteção ao consumidor, informando-o sobre as características dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

Além disso, destacou o relator na aludida ação direta de inconstitucionalidade que o art. 24, V, da Constituição atribui competência concorrente à União, aos estados e ao Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo, também não devendo prosperar afirmação de afronta ao princípio da livre concorrência e iniciativa.

Com efeito, na linha de conclusão do Supremo Tribunal Federal sobre a norma paranaense, colhe-se que a criação de obrigação de informação sobre origem e qualidade para todo o café comercializado naquele estado defendeu a um só tempo o consumidor e a saúde. Vale frisar que a saúde, além de ser matéria de competência legislativa concorrente, também se encontra no rol de competências materiais comuns, conforme o art. 23 da Constituição Federal.

Com base nesses fundamentos, constata-se que a normatização envolvendo a rotulagem de café, incluindo detalhes sobre sua composição, sabor e pureza, encontra amparo em precedente do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, como no âmbito do Estado de Minas Gerais já existe na Lei nº 14.580, de 2003, a obrigatoriedade de rotulagem contendo origem, qualidade e informações sobre as espécies de grãos nos casos de misturas, entendemos que a proteção que se busca em defesa do consumidor já fora assegurada e, sendo o caráter inovador um dos elementos da norma, entendemos que a proposição em análise não teria condições de tramitação nesta Casa.

Além disso, é importante salientar que em vista de pedidos de informações realizados pela Comissão de Constituição e Justiça, endereçados à Associação Brasileira da Indústria do Café e ao Sindicato da Indústria do Café do Estado de Minas Gerais, foi possível observar que a proposição não atenderia aos fins desejados pelo parlamentar, uma vez que não é possível identificar com as tecnologias atualmente existentes qual o percentual de grãos pretos, verdes e ardidos na composição da mistura final, o que acabaria por gerar um fértil campo para fraudes.

Um outro argumento apresentado pelo referido Sindicato, diz respeito ao fato de a proposição, se aprovada, prejudicar milhares de produtores do café denominado PVA, conquanto estes representam 25% da safra brasileira e, por fim, que a proposição tem o potencial de prejudicar a competitividade das indústrias mineiras, já que diante da obrigação fixada na proposição haverá a necessidade de criação de um tipo de embalagem para o consumo em Minas Gerais e outro tipo para os demais estados, o que elevará o custo dos produtos dos produtores localizados em nosso estado.

Por fim, o referido Sindicato também argumenta que a composição de cada produto faz parte de segredo industrial de cada produtor e que a fixação de obrigação para que sejam apresentados os percentuais de cada produto acabaria por lhes impor a divulgação de suas fórmulas, o que não seria compatível com nosso ordenamento jurídico.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.467/2015.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro, relator – Antônio Jorge – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.

### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.575/2015**

#### **Comissão de Constituição e Justiça**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., o Projeto de Lei nº 1.575/2015, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.274/2014, “dispõe sobre a colocação de placa informativa sobre filmagem de ambientes e dá outras providências”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 22/5/2015, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Compete a esta comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno, manifestar-se preliminarmente quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição.





### Fundamentação

Em síntese, a proposta em apreço pretende estabelecer o dever de afixação de cartazes informativos nos locais monitorados por câmeras de segurança, alertando sobre sua existência e sobre a confidencialidade das imagens captadas. A proposição disciplina também as sanções aplicáveis em caso de seu descumprimento.

É certo que o objetivo da lei é inovar o ordenamento jurídico, instituindo normas de conduta por meio da previsão de hipóteses ainda não colhidas por comando em vigor, ou alterando comandos já existentes, ou, finalmente, revogando comandos anteriores. Daí, conclui-se que a necessidade de se criar norma que alcance determinada situação fática para lhe agregar efeitos jurídicos é condição inarredável para edição de uma lei nova; contudo, a proposição em apreço não atende a essa condição, pois pretende disciplinar tema já versado em norma atualmente em vigor no ordenamento jurídico estadual. Com efeito, a Lei nº 15.435, de 11/1/2005, que trata da utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança, disciplina integralmente o tema. O art. 2º da referida lei já impõe a obrigatoriedade da afixação, nos locais em que esteja instalada câmera de vídeo para fins de segurança, de aviso que informe da existência de câmera no local, na forma do regulamento.

Por isso, o projeto não traz nenhuma inovação inaugural ao contexto normativo atualmente em vigor do Estado.

### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.575/2015.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro, relator – Antônio Jorge – Isauro Calais – Bonifácio Mourão.



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

- A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:
- de congratulações com o Uberlândia Esporte Clube pela conquista do título de Campeão Mineiro do Módulo II da 1ª Divisão 2015 (Requerimento nº 1.062/2015, do deputado Leonídio Bouças);
  - de congratulações com a comunidade de Lavras pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.217/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com a comunidade de Corinto pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.218/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com a comunidade de Matozinhos pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.219/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com a comunidade de Mantena pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.220/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com a comunidade de Pirapetinga pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.222/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com a comunidade de Pedra Bonita pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.223/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com a comunidade de Paracatu pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.226/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com a comunidade de Sacramento pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.228/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com o Sr. Djalma Oliveira, prefeito municipal de Rio Vermelho e presidente da Associação dos Municípios da Microrregião da Bacia do Suaçuí – Ambas –, pela realização da IX Copa Ambas de Futebol da Microrregião da Bacia do Suaçuí (Requerimento nº 1.234/2015, do deputado Geraldo Pimenta);
  - de congratulações com o Sr. Carlos Roberto Barroso Mourão, prefeito municipal de Sabinópolis, e com os atletas e a comissão técnica do time de futebol amador do referido município pela conquista do vice-campeonato da IX Copa Ambas de Futebol da Microrregião da Bacia do Suaçuí (Requerimento nº 1.235/2015, do deputado Geraldo Pimenta);
  - de congratulações com o Sr. Marcelo Melo pela conquista histórica do primeiro lugar de duplas de tênis masculinas na edição de 2015 do Grand Slam em Roland-Garros, realizado na França (Requerimento nº 1.236/2015, do deputado Geraldo Pimenta);
  - de congratulações com o Sr. Roberto Costa Alves, prefeito municipal de Santa Maria do Suaçuí, e com os atletas e a comissão técnica do time de futebol amador do referido município pela conquista da IX Copa Ambas de Futebol da Microrregião da Bacia do Suaçuí (Requerimento nº 1.237/2015, do deputado Geraldo Pimenta);
  - de aplauso à Câmara Municipal de Pouso Alegre pelo importante trabalho desenvolvido pela equipe da Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho, coordenado por sua diretora, Madu Macedo, de elaboração do livro *Constituição em miúdos*, uma releitura da Constituição Federal, com o objetivo de facilitar o entendimento e despertar o interesse nos jovens estudantes pelo conhecimento da nossa Lei Maior (Requerimento nº 1.251/2015, do deputado Ulysses Gomes);
  - de congratulações com a comunidade de Abre-Campo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.266/2015, do deputado Wander Borges);
  - de congratulações com a comunidade de Rio Pomba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.267/2015, do deputado Wander Borges);



de congratulações com a comunidade de Várzea da Palma pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.268/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de São Tiago pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.269/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Porto Firme pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.270/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Minas Novas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.271/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Ubá pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.272/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Paiva pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.273/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Curvelo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.274/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Mendes Pimentel pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.275/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com a comunidade de Raul Soares pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.276/2015, do deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana pelos noventa anos de sua fundação (Requerimento nº 1.292/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Instituto dos Advogados de Minas Gerais pelo seu 100º aniversário (Requerimento nº 1.297/2015, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a comunidade de Itabirito pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.312/2015, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 28º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/6/2015, em Unai, que resultou na apreensão de um adolescente, drogas, balança de precisão e quantia em dinheiro (Requerimento nº 1.334/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/6/2015, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, munição, balança de precisão e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 1.336/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/6/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 1.337/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 26/5/2015, em Mantena, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição e na detenção de um homem (Requerimento nº 1.338/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 12º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/6/2015, em Passos, que resultou na apreensão de drogas e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.378/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/6/2015, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de um menor, arma de fogo, munição, dois carregadores e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.379/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/6/2015, em Frutal, que resultou na apreensão de drogas, veículo e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.390/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 36º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/6/2015, em Lagoa Santa, que resultou na apreensão de armas de fogo e veículo (Requerimento nº 1.393/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 12ª Companhia de Missões Especiais e no 58º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/6/2015, em Timóteo, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.394/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Rádio Difusora de Pouso Alegre por seus 30 anos de existência (Requerimento nº 1.400/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Sra. Maria de Lourdes das Neves, prefeita municipal de Gonçalves, e toda a sua equipe, pela conquista do 2º lugar no Estado na Escala Brasil Transparente (Requerimento nº 1.403/2015, do deputado Ulysses Gomes);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 12ª Cia. M Esp., na 143ª Cia. PM, na 287ª Cia. PM e no 14º BPM, pela atuação na operação realizada em 24/6/2015, em Caratinga, que resultou na apreensão de drogas, rádio transceptor, duas balanças, aparelhos celulares e quantia em dinheiro e na prisão de dois homens (Requerimento nº 1.464/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com Sr. Antônio Nahas Júnior, economista e escritor mineiro, pelo lançamento do livro: *A queda* – Rua Atacarambu, 120 (Requerimento nº 1.469/2015, do deputado Celinho do Sintrocél);



de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados na 1ª Delegacia de Venda Nova, pela atuação na ocorrência, em 10/6/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de veículos e na prisão de nove pessoas (Requerimento nº 1.496/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Conceição do Rio Verde pelo aniversário desse município (Requerimento nº 1.528/2015, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Thiago Mancilha Cancela, autor do livro intitulado *Lei da Generosidade*, que propõe medidas inovadoras para a redução da desigualdade entre ricos e pobres (Requerimento nº 1.564/2015, da Comissão de Educação);

de congratulações com o deputado Lafayette de Andrada, extensivo aos membros do projeto desta Casa denominado “Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil”, que, em 7/7/2015, lançou a edição revisada do livro *História da Revolução Liberal de 1842*, de autoria do cônego Antônio Marinho (Requerimento nº 1.622/2015, da Comissão de Cultura);

de aplauso ao Centro Brasileiro de Inovação e Tecnologia pelos projetos desenvolvidos por essa instituição e pela acolhida recebida por esta Comissão por ocasião de visita realizada em 2/7/2015 (Requerimento nº 1.667/2015, da Comissão de Minas e Energia);

de congratulações com a Escola Estadual Segismundo Pereira, no Município de Uberlândia, pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.677/2015, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Sr. José Fernando Coura pelo brilhante trabalho realizado à frente do Instituto Brasileiro de Mineração na última gestão, fato determinante para a sua reeleição para a presidência do instituto (Requerimento nº 1.691/2015, da Comissão de Minas e Energia).



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 6/8/2015

O deputado Emidinho Madeira\* – Boa tarde a todos. Cumprimento nosso secretário Ulysses Gomes e todos os colegas deputados. Há seis meses estamos juntos aqui. Vim para esta Casa com o propósito de contribuir e somar forças. Acho que o governo, até aqui, passou por um momento de transição, de auditoria de tudo o que aconteceu. Está na hora de unirmos forças para fazermos um bom governo. Precisamos muito começar a resolver as coisas, colocá-las para funcionar. Estamos lutando para constituir um consórcio público para o café. No próximo mês, haverá a feira internacional do café, na Expominas, para a qual quero convidar todos os colegas. Participem dessa feira, que será realizada aqui em Belo Horizonte.

Quando vem uma crise como esta, sabemos que quem aguenta é o produtor rural. Precisamos que este governo apoie o produtor. Estamos criando esse consórcio público não para fazer concorrência a quem quer que seja, não para que um deputado represente e defenda o produtor sozinho. As forças são poucas. Temos de unir prefeitos e partidos. Estamos perdendo espaço lá fora para outros países, que produzem bem menos ou quase nada. Eles exportam mais que nós. O governo federal precisa investir mais no *marketing* do café, precisa apoiar seus produtores. O governo estadual tem de somar forças.

Peço a colaboração de todos os colegas deputados, para que participem dessa feira para nos inteirarmos mais dos assuntos relacionados com o homem do campo, com o cafeicultor. Estamos constituindo esse consórcio, que possui vários eixos. Um desses eixos, que é muito importante, é a busca de informações. No mundo de hoje, com o avanço da tecnologia, muitas vezes as empresas obtêm as informações um mês, dois meses antes que o produtor rural. O produtor não precisa obter as informações antes, mas, pelo menos, no mesmo dia. Seja a informação boa ou negativa, o produtor tem de obtê-la no mesmo dia em que todas as empresas cafeieiras do mundo.

Queria muito defender o cafeicultor, mas junto com os nobres colegas, não sozinho. Determinado deputado numa época está na situação, em outras na oposição. Entendemos isso. Em certo momento, o deputado tem mais força, em outros menos força. Se constituído esse consórcio, não seria um partido político, não seria um deputado, mas uma bancada a defender a classe dos produtores rurais. Quando se fizer necessário ir a Brasília, podemos ir juntos.

A Conab soltou uma pesquisa de previsão de safra de 55 milhões de sacas. Aquilo para nós, cafeicultores, foi muito ruim. Quem estava lá para nos defender? Conversamos com os produtores na roça, mas quem estava lá para nos defender? Se tivéssemos um consórcio, uma bancada unida, poderíamos ver com a Conab quando começa uma pesquisa, como é feita, quando será dado seu resultado. Esse resultado pode ficar mais próximo da realidade.

Temos o projeto de constituir esse consórcio. Peço a todos os nobres colegas que falem com seus prefeitos e com suas bases. Às vezes um deputado que é do Norte de Minas diz que em sua cidade não há nem um pé de café. Sei que não há, como sei que do Norte de Minas vão milhares de apanhadores de café para o Sul de Minas. Eles apanham café por três meses, por quatro meses. Eles fazem compras para passar o ano. Essa é a realidade. Peço a todos os colegas que participem. Já estamos com assinaturas de 40 prefeitos que aderiram a esse consórcio. Assim que organizarmos esse consórcio, no Sul e Sudeste de Minas, nossa ideia é criarmos mais dois consórcios em todo o Estado, na região das matas de Minas e no cerrado. Quando o cafeicultor estiver em dificuldades, já precisamos estar unidos.

Já passamos muitas crises com o café. Sabemos que virão outras. Não há subida sem descida. Mas é preciso que nós, que representamos o povo, quando sobrevier uma crise, estejamos unidos para resolvê-la. Vamos dar as mãos ao governo. Nos estandes que montamos lá fora, nos Estados Unidos, perdemos para a Colômbia, e feio. A hora em que se põe o café para os americanos tomarem, muitas vezes, o nosso é um café riado. Quem está lá para acompanhar? Esse consórcio pode acompanhar e valorizar o



cafeicultor cada vez mais, porque gera milhões de empregos diretos e indiretos. Se abandonarmos o homem do campo, o produtor rural, o produtor de leite, de soja, de milho, vamos dar um tiro no pé.

Nunca fui político, nunca tive um mandato, mas sempre acompanhei e nunca vi um governo vestir de verdade a camisa do homem do campo, do produtor rural nos momentos bons e ruins. Então, precisamos que o governo olhe para o agronegócio, para o setor cafeeiro, para a família do café. Quantas empresas trabalham o ano todo desenvolvendo maquinaria para a cafeicultura, para essa época? Às vezes o produtor rural é tratado com multa, com fiscalização. Quando precisa de qualquer documento, há uma burocracia muito grande para consegui-lo. Assim, acho que o governo tem de facilitar. A pessoa, para trabalhar, para produzir, tem, muitas vezes, de se humilhar. É até difícil para quem está lá na roça.

Acho que o que havia de discutir já foi discutido; alguma mágoa política que houve no ano passado tem também de ser deixada de lado. Seis meses são suficientes para apagar. Temos de montar bons projetos. Cada um aqui tem a sua força, embora um seja diferente do outro, mas, se unirmos as forças, poderemos contribuir muito com este estado, com o povo que representamos. Estamos aqui para isso.

Vejo, às vezes, muitas críticas aos parlamentares. Muitas vezes estamos na nossa região, e nos consideram como um todo. Sabemos que há desgaste político, que o povo está descrente com a política. Então, vamos unir as forças, colaborar para que este governo faça um bom trabalho, independentemente de partido. Estamos aqui para unir essas forças. A minha é muito pouca, tenho muito pouca experiência, mas a vontade de trabalhar e de contribuir é muito grande. Estou aqui para isso. O que eu puder fazer para o povo de Minas Gerais vou fazer.

Gostaria de pedir também a este governo que desse uma atenção especial à santa casa. Tudo numa cidade é muito importante, a igreja, o banco, a prefeitura, mas não há nada mais importante do que uma santa casa. Às vezes, se você não for à igreja e não puder rezar, orar de manhã, você tem tempo para ir à tarde, ou ora na sua casa, ou vai no outro dia. Mas, quando se tem uma cólica, ocorre um acidente, um infarto, não se tem tempo para ir no outro dia. O hospital tem de estar bom 24 horas por dia, a semana toda, o mês todo. O governo tem de manter os pagamentos em dia para essas instituições, que estão em dificuldade. Precisa olhar para quem tem uma cirurgia eletiva para fazer e não a faz e fica um ano penando na fila. Estamos fazendo na minha cidade uma campanha para construir um polo da saúde. Há 10 anos fazemos 25 tipos de cirurgias eletivas para o nosso povo. Vamos fazer mais cinco com esse polo da saúde. Às vezes a pessoa trabalhou, na roça, na enxada, de pedreiro, em qualquer serviço, adquiriu, por exemplo, uma hérnia de disco, um desgaste de osso e precisa colocar uma prótese, mas não consegue. Trabalhou muito para criar a família com honestidade, contribuiu com o município, com o estado, com o País e hoje, talvez, tem de se humilhar para poder andar. Às vezes uma doméstica, uma empresária, uma professora precisa fazer uma cirurgia de catarata, que renova a vida da pessoa, mas não consegue. É difícil e humilhante.

O ano passado o governo estava com um projeto muito bom, que era um mutirão para se fazer a cirurgia eletiva. Ele tem de retornar. Nunca vi um programa tão bom quanto aquele para aliviar a dor de quem não tinha condições. Hoje temos de unir nossas forças e contribuir para que isso aconteça.

Gostaria de aproveitar o momento para dizer que hoje, à noite, vamos homenagear a Escola Cesário Coimbra, de Muzambinho, pelo seu centenário. Ela muita contribuiu com a educação em Muzambinho e região.

Quero convidar todos os parceiros para participar dessa homenagem que será realizada hoje à noite. Virão dois ônibus com alunos, professores, diretores. Quero contar com a presença de todos os colegas para apertar a mão daquelas professoras e lhes agradecer pelo trabalho que desenvolveram e vem desenvolvendo na nossa região.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Emidinho, quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo, especialmente, no Sul de Minas. Vou iniciar o aparte por onde V. Exa. terminou: a homenagem à escola. É bom lembrar que elas virão mais satisfeitas que no passado. Isso foi um grande avanço que fizemos no primeiro semestre, apesar de toda a crise econômica, do déficit orçamentário de Minas, de R\$7.200.000.000,00, que deixou nosso orçamento no vermelho, no negativo. Apesar disso, as professoras tiveram uma conquista importante – V. Exa. ajudou muito: o piso salarial para a jornada de 24 horas. É bom lembrar isso, pois foi um avanço desta Casa Legislativa, que aprovou o projeto, fruto de negociação entre o Sind-UTE e o governo do Estado.

Também gostaria de lembrar o apelo feito por V. Exa. para unirmos forças entorno dos que mais precisam. V. Exa. e a grande maioria dos deputados e das deputadas assinaram requerimento de minha autoria para a realização do Plano Safra da Agricultura Familiar ou, melhor dizendo, para o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar nacional, que será feito em Minas. Temos a presença confirmada de Patrus Ananias, deputado federal e agora ministro do Desenvolvimento Agrário. Ele virá para dizer o que tem do governo federal para Minas Gerais, do ponto de vista dos pequenos produtores rurais. O lançamento será dia 19, a partir de 8h30min, na Assembleia Legislativa. Também está confirmada a presença do nosso governador Fernando Pimentel, que, com o secretário, fará o lançamento do primeiro plano safra mineiro. Pela primeira vez, Minas Gerais terá um Plano Safra da Agricultura Familiar, que será realizado este ano, dizendo aos pequenos produtores o que será disponibilizado em termos de verba para, por exemplo, melhoria das estradas rurais, estrutura, assessoria técnica, que é muito necessária, comercialização dos produtos. Enfim, nas diversas áreas. Teremos o primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar mineiro. Faço esse convite ao conjunto de deputados. Estarão presentes o ministro e o governador do Estado. É uma valorização que o governador tem feito da própria Assembleia Legislativa.

V. Exa. está de parabéns. As coisas estão andando, apesar da crise. Como disse V. Exa., é nosso dever trabalhar e estamos trabalhando para isso.

O deputado Emidinho Madeira\* - Deputado Rogério, fico contente e satisfeito com o plano safra. Tudo que fizemos aqui para o produtor rural ainda será pouco, diante do que ele já fez e faz para o nosso estado, para o nosso país. O consórcio público tem hoje a assinatura de 39 prefeitos, já confirmados. Faremos na Expominas o lançamento do consórcio. Vamos trazer o café de cada cidade de nossa região. O mundo do café estará aqui. Todos poderão tomar o café. Nosso estande vai ser bem natural, conforme tem de ser. Queria convidar os deputados para prestigiar o nosso consórcio, tomar um café conosco e apertar a mão de alguns produtores rurais, cafeicultores, que nunca vieram à Assembleia, pois nunca foram convidados. Eles só produzem e geram emprego. Agora vamos





convidá-los. Ano que vem quero fazer uma comissão com esses cafeicultores para irmos à feira em Seattle e identificarmos o que o país investe, no que precisamos investir mais, para não perdermos espaço. Estou terminando, só um segundo.

Vamos ter de fazer um trabalho para que façam *marketing* do nosso café nas Olimpíadas. Esperamos que o governo de Minas Gerais dê as mãos ao governo federal, que tem de atravessar as barreiras e divulgar o café do Brasil nas Olimpíadas, nos acessos aos jogos, pelos *outdoors*. Na Copa do Mundo ninguém viu uma xícara do café, um boné do café do Brasil. Ninguém viu. Precisamos valorizar, porque o café gera muitos empregos, milhões de empregos.

Temos de valorizar o homem do campo, o produtor rural e apoiar as santas casas de todo o Estado.

No dia em que uma santa casa em uma cidade estiver em dificuldade, não será ela que estará em dificuldade; será o povo que nós representamos que estará, seremos nós, que o estamos representando aqui, que estaremos. É muito triste quando a pessoa está com dor, precisando aliviá-la, e, às vezes, a santa casa não tem condição de atender. Temos de unir forças, dar-nos as mãos para fazer um bom mandato para todos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos\* – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente na Casa, todos os que veem a TV Assembleia, hoje abri os jornais na parte da manhã e vi que o *Valor Econômico* trouxe uma matéria pequena anunciando uma previsão do crescimento da China para os próximos anos. A China, que era vitrine por ser modelo de crescimento, de projeto econômico para muitos que defendiam aquele modelo, tinha um crescimento de 12%, 13%, e caiu para 7%. A previsão é que, nos próximos 10 anos, a China atinja um patamar, deputado Ulysses Gomes, de 4,8% de crescimento. Tive o cuidado de pegar índices de crescimento dos países da América Latina e Europa para estabelecer um comparativo, porque, Deputado Rogério Correia, temos discutido muito a crise em nosso país. Houve muita quebra de expectativa do nosso projeto, mas este é um momento grave não só no nosso país, mas um momento muito grave no processo político de todos os países. A previsão de crescimento em toda a América Latina é de 0,5%: Venezuela, 5,5% negativos; Brasil, 1,5%; Argentina, 0,7%. A situação é grave para o nosso país, é grave em todos esses países de que rapidamente tive o cuidado de verificar os índices de crescimento. É claro que o baixo crescimento e o desemprego são alarmantes, porque o desemprego cresce não só em nosso país, mas também em outros países, em níveis muito maiores do que ocorre no Brasil.

É com essa preocupação que vi também as notícias ontem da Câmara dos Deputados, que aprovou, deputado Rogério Correia, uma equiparação de salários dos advogados da Advocacia-Geral da União com o STF. Essa não tem sido a postura do Legislativo mineiro, que tem preocupação em retomar as coisas em nosso Estado. Mas particularmente vejo com muita preocupação o cenário político que está colocado na Câmara dos Deputados. Sabemos que o enfrentamento da crise não será fácil para Dilma – e sou defensora desse projeto. Não é uma tarefa fácil esse ajuste que está sendo proposto, defendido, implementado pela nossa presidenta.

Enxergo com muitas reservas esse ajuste porque, deputado Rogério, quem está pagando a conta são os mais pobres, os trabalhadores e o pequeno empresário. Não é o grande empresário que está sendo responsabilizado por essa crise. Portanto, tenho minhas reservas quanto ao ajuste que a nossa presidenta tem implementado. Eu o tenho criticado no intuito de pedir à nossa presidenta e a todos os políticos em Brasília que revejam esse projeto e voltem ao modelo de crescimento anteriormente implementado no nosso país.

Portanto, minha crítica é à esquerda do que está sendo implementado aqui e não se confunde com a crítica da oposição e da que é defendida por deputados e senadores do PSDB, que só não criticam a presidenta Dilma à direita, porque querem um ajuste muito mais rigoroso do que o que nós temos implementado. O caminho não é o caminho que o senador Mercadante tem implementado. Então, estou aqui para me diferenciar da proposta de ajuste que a presidenta Dilma tem defendido, mas também para me diferenciar das alternativas políticas que estão sendo tentadas ou comandadas por alguns setores, inclusive do meu partido em Brasília, que é uma alternativa que procura promover uma grande conciliação à direita do que nós temos implementado durante todo esse processo.

Segunda-feira, aqui discutíamos com Márcio Pochmann, grande economista, grande formulador da esquerda, que disse que não vão bastar soluções simples, que não são soluções simples que vão resolver os problemas do Brasil e em nível mundial. Ele disse, e V. Exa. estava lá, deputado Rogério Correia, ele citava a necessidade de a gente unir todos os setores que têm um projeto à esquerda, que nos organizemos e lutemos para trazer a nossa presidenta de volta ao projeto que foi vitorioso no processo eleitoral. Ele foi um projeto que procurava o desenvolvimento econômico e social do nosso país, que resgatava a soberania nacional, um projeto inclusivo e que combatia a desigualdade social. É nessa perspectiva que hoje estou comprometida com vários deputados do nosso partido para articular uma frente de esquerda em nível nacional e em Minas Gerais.

É por essa razão que venho aqui hoje para, desta tribuna, convidar os deputados, convidar as deputadas, convidar todos aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia a participar do lançamento da frente de esquerda no Crea, na sexta-feira, às 18 horas. Será um momento importante não só para promovermos o encontro de todos os setores que querem o Brasil mais justo, mas por ser um momento importante para procurarmos soluções conjuntas. Qual o nosso projeto econômico para o País? Qual o nosso projeto para garantir governabilidade? Qual é o projeto para enfrentar essas articulações que procuram uma grande conciliação, saídas por cima, onde somente a classe trabalhadora vai ser penalizada, nesse ajuste de contas?

Aproveito aqui para convidar a todos para essa reunião da frente de esquerda na sexta-feira.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputada Marília, quero fazer eco ao convite de V. Exa. por essa frente de esquerda e estender esse convite não apenas aos deputados e deputadas do PT, mas também, é óbvio, ao PCdoB, ao PMDB, ao Pros, ao PRB, que constituem também a frente do nosso governo e o Bloco Minas Melhor na Assembleia Legislativa.

Faço-o com uma base programática, colocando em especial o ponto de vista que a deputada Marília Campos já colocou. Em Minas estamos avançando com uma base coerente na Assembleia Legislativa e com um programa de governo que, apesar da crise e do rombo deixado no orçamento do Estado, tem avançado em uma boa relação com os movimentos sociais e em programas essenciais para Minas Gerais. Mesmo com toda a crise, há o sentimento de que Minas avança e, portanto, é possível avançar o Brasil nesse período de crise.



Para isso, é preciso que a crise política em Brasília diminua, no mínimo fique em patamares aceitáveis, e não como se encontra hoje. Por isso, para o lançamento da frente mineira a que a deputada Marília Campos se referiu, estamos propondo o nome de Frente Minas pelo Brasil, para que a partir daqui apontemos qual será o seu resultado.

Eu listaria alguns pontos dessa frente: primeiro, a defesa da democracia. Não se pode, em período de crise econômica, articular-se pelos porões com golpes. Portanto, uma frente deve colocar a questão da democracia e da liberdade como pressupostos, e o patamar é a democracia. A presidenta Dilma ganhou, vai governar, e precisamos ajudar a governar o Brasil. Portanto, não ao golpe é o primeiro ponto que deve unificar essa frente, porque golpistas existem e estão espalhados por aí, tentando fazer, nos porões, o que fizeram em outros períodos terríveis para o povo brasileiro.

O segundo ponto V. Exa. já citou, é a defesa dos direitos dos trabalhadores. Não se pode mexer nos direitos dos trabalhadores, portanto ajustes fiscais ao estilo europeu não servem para o Brasil e não podem ser colocados como prioridades ou como etapa a ser construída para sair da crise.

O terceiro ponto é a defesa dos direitos sociais, porque o obscurantismo começa a aparecer. Receitas mágicas de prender jovens para melhorar a segurança pública, receitas para oprimir trabalhadores ou setores minoritários da sociedade, com preconceito, isso não pode existir e é um ponto essencial que essa frente deve trabalhar.

Citaria ainda a soberania nacional. Agora, com a crise, aparecem aqueles que querem vender a Petrobras e acabar com a soberania nacional. Esses pontos e outros que certamente virão são fundamentais para alinhar uma frente de esquerda capaz de fazer com que o Brasil saia da crise, melhorando a vida dos trabalhadores. Que Minas dê o exemplo, todos no Crea, sexta-feira às 18 horas, para o lançamento da Frente Minas pelo Brasil. Obrigado.

A deputada Marília Campos\* – Obrigada, deputado Rogério Correia. A frente que nós estamos organizando é fruto de um esforço da articulação de uma velha geração que lutou contra o regime militar, que lutou pela democratização do nosso país e para implantar os avanços que temos hoje. Mas que une também a juventude e os movimentos sociais para impedir o retrocesso e lutar pela retomada do crescimento com justiça social.

O deputado Leonídio Bouças (em aparte)\* – Deputada Marília Campos, é muito apropriada sua fala, e vem o deputado Rogério Correia no mesmo diapasão, para criarmos e dar força a essa frente, defendendo alguns pressupostos básicos. O primeiro, não tenho dúvida, é a questão da democracia. Não há que se falar em pacto algum, não há que se falar em qualquer coisa neste país se nós porventura tivermos a possibilidade, por menor que seja, de falar em golpe. Isso é inaceitável. Não aceitamos no Brasil uma meia democracia, como está acontecendo na Venezuela e em outros países.

Foi preciso percorrer um caminho muito grande e transcorrer muito tempo para chegar aonde estamos. Agora, não podemos recuar, voltar atrás. Não passa pela mente das pessoas mais esclarecidas que possa haver alguém neste País que defenda um golpe. Acredito que temos de fazer um pacto. Ontem assisti, pelo *Jornal Nacional*, a uma entrevista que o vice-presidente concedeu à mídia, em que ressaltava a necessidade de todos nós – Congresso, empresários, trabalhadores e instituições do País – caminharmos para o entendimento. Não podemos esticar mais essa corda, como querem fazer algumas pessoas. Ela não pode ser mais esticada porque o resultado pode não ser bom.

Temos, sim, de fazer reformas em vários setores. Mas temos de caminhar adiante. Nos anos de 1970, depois da ditadura Franco, a Espanha conseguiu se reerguer com o Pacto de Moncloa. Dentro da democracia, as forças políticas e institucionais do país formularam um pacto que fez com que a Espanha avançasse econômica e socialmente. É esse o caminho que temos de trilhar no Brasil. Assim, a fala de ontem do vice-presidente Michel Temer, hoje articulador do governo, foi correta e coerente. Foi uma fala de construção, que tem de se espalhar por todo este país, conclamando todos a pensar no Brasil, no País, em vez de ficarmos pensando em derrubar governos ou pensando apenas em eleições, de manhã, de tarde e de noite. Vamos governar! Vamos avançar! Vamos fazer com que os brasileiros voltem a acreditar que temos um caminho melhor a ser trilhado.

Por isso, congratulo-me com V. Exa., ex-prefeita de Contagem; uma pessoa experiente, que governou uma das maiores cidades de Minas. Estamos ao seu lado nessa luta por uma frente por um Brasil melhor, deputado Rogério Correia, por meio da Frente Mineira pelo Brasil. Obrigado.

A deputada Marília Campos\* – Obrigada, deputado Leonídio Bouças.

Para concluir, presidente, estaremos unidos na defesa do Brasil e do Estado, como Pimentel tem feito tão bem com os fóruns de participação popular, promovendo uma grande mobilização mineira, para conseguir que Minas Gerais volte a ocupar o seu lugar no cenário nacional. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Celinho do Sinttrocel\* – Boa tarde, presidente, deputados e deputadas presentes, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia e servidores desta Casa.

Ocupo hoje esta tribuna, deputado Cristiano Silveira, para fazer relatos. Cheguei a esta Casa em 2011, com uma base eleitoral do Vale do Aço, entre os Municípios de Coronel Fabriciano, Timóteo, Ipatinga e Santana do Paraíso. Desde então, tive a oportunidade de manifestar por diversas vezes o apelo de que o governo federal – o do então presidente Lula e o da presidenta Dilma – nos garantisse a duplicação da BR-381.

Todas as intervenções que fiz nesta Casa foram no sentido de que a gente pudesse, por meio do governo federal, tentar diminuir as dificuldades de vida para todos aqueles que trafegam, usam a BR-381, que liga a nossa capital mineira ao Vale do Aço, ao Vale do Rio Doce. Trata-se de uma duplicação extremamente necessária em razão do número de acidentes, do número de mortes que ocorrem naquela BR. Ao mesmo tempo, ao longo de décadas, todos os cidadãos, todas as comunidades, lideranças políticas, lideranças empresariais, clamavam aos governos federais anteriores a iniciativa de iniciar a duplicação da BR-381.

Em meados de 2014, tivemos a felicidade de receber a presidenta Dilma no Vale do Aço, quando ela emitiu e assinou a ordem de serviço dando o direito e a oportunidade de início da duplicação da BR-381. Para todos nós do Vale do Aço, para o desenvolvimento de nossa região, foi esse um momento marcante. Foi um momento importante para a conjuntura econômica, para o desenvolvimento,



para a qualidade de vida de todos nós. As obras iniciaram-se no governo Lula, quando o presidente, à época, autorizou que se fizesse o projeto de duplicação da BR-381, e continuaram com a presidenta Dilma, no ano passado, dando a ordem de serviço. Trata-se de uma obra de grande complexidade, de recurso muito grande, uma das obras mais caras do Dnit no nosso estado. Essas obras estão em andamento. E estamos assistindo a isso, nós que nos deslocamos de nossas casas para esta Assembleia, para o trabalho na nossa capital mineira, a fim de resolver outros problemas. Todos os que usam a BR-381, os trabalhadores do transporte, como os motoristas do transporte coletivo, do transporte de carga, que movimentam este país, assistem, de forma feliz, ao início dessas obras. Como apresentamos aqui, nota-se que há muito serviço de terraplenagem no trecho que liga São Gonçalo do Rio Abaixo a Santa Luzia; muitos túneis prontos, com algumas obras de arte em andamento, tudo no conjunto dessa duplicação da BR-381.

Na semana passada, fomos surpreendidos, quando circulou na imprensa do nosso estado que o consórcio Isolux-Engevix, que ganhou a licitação dos Lotes 1, 2 e 3.1, que ligam o Município de Governador Valadares a Belo Oriente, renunciou aos trabalhos de duplicação da BR-381. Isso se trata do Lotes 3.1, 1 e 2, que foram alcançados pelo consórcio Engevix. Muitas falas, muitos pronunciamentos foram feitos e também muitas inverdades apresentadas.

Venho aqui fazer um apelo ao superintendente do Dnit em Minas Gerais, Dr. Carlos Evandro, à direção, ao diretor-geral do Dnit em Brasília, para as notícias veiculadas na semana passada, quando fomos surpreendidos com essa suspensão por parte do consórcio Isolux-Engevix da não continuação das obras de duplicação dos referidos lotes. O que nos assusta e nos deixa muito surpresos é a atitude desse consórcio. O Dnit, por sua vez, por todos os serviços medidos nesses trechos, realizou o pagamento. Ele mediu o serviço, repassou os recursos ao consórcio Isolux-Engevix, mas este, de forma equivocada – vou dizer até de forma leviana –, terceirizou o serviço, e até mesmo o “quarteirizou” para outras empreiteiras.

As empreiteiras que executaram parte desses serviços do Consórcio Isolux-Engevix nesses Lotes 3.1, 1 e 2, prestaram o serviço e não receberam. Hoje, esses empreiteiros do Vale do Aço passam por uma situação de débito, sem receber desse consórcio algo da ordem de mais R\$14.000.000,00. Agora estamos com esses três lotes paralisados em relação à duplicação da BR-381.

Venho a esta tribuna para fazer um apelo ao Dr. Carlos Evandro, superintendente do Dnit em Minas, e ao diretor-geral desse departamento, a fim de que assuma de fato essa responsabilidade e seja convocada a segunda empresa que foi enquadrada na licitação – estava como segunda colocada – para reassumir a duplicação da BR-381 em relação a esses três lotes. Não podemos, de maneira nenhuma, permitir que as obras da BR-381 sofram paralisação por má-fé de consórcio que recebeu do governo federal e do Dnit os recursos e não repassou às empresas que executaram, empresas da nossa região, do Vale do Aço, empresas terceirizadas que foram contratadas por esse consórcio.

Apresentamos aqui esse relato da realidade vivida nesses três lotes em relação à duplicação da 381, porque vivo a 381, rodo na BR-381 e hoje posso afirmar que muitos dos lotes em andamento, obras de artes importantes da 381, que totalizam mais de 100 na duplicação de Belo Horizonte a Governador Valadares, estão em andamento. Estamos vivendo essa realidade em relação a esses três lotes por parte desse Consórcio Isolux-Engevix. Não podemos permitir que nossa região, nosso estado seja penalizado e tenha prejuízo no andamento da duplicação da BR-381.

Por isso, é necessário e urgente que o Dnit de Minas, junto com a diretoria-geral em Brasília, convoque esse segundo colocado. Caso não aceite concluir o serviço, que o governo assumira essa responsabilidade, defina e chame à responsabilidade o consórcio pelo que recebeu e não pagou. Além disso, pelo que esses credores e a essas pessoas têm o direito de receber.

Essa é a realidade, deputado Rogério, da BR-381. Digo aqui, deste Plenário, por que esta obra é tão importante para a nossa Minas Gerais, o nosso Vale do Aço, o nosso Vale do Rio Doce. Precisamos que o governo federal, através do DNIT, tome medidas urgentes para reverter essa situação.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Celinho do Sinttrocel, quero parabenizá-lo por trazer esse assunto, pois é algo que preocupa a todos, mineiros e mineiras, uma obra de grande porte, são bilhões e bilhões. É das maiores obras que teremos e temos em Minas Gerais, fruto de muita luta. Ouvei deputado jurar de pé junto que não acreditava que sairia obra alguma; falou que, de joelhos, iria sair de Belo Horizonte se alguma máquina começasse a fazer obra na 381, a deputada Rosângela Reis deve lembrar-se disso. Disse que iria de joelhos, e até hoje não se arriscou a iniciar essa caminhada. Penso que não deveria mesmo, porque ficaria com os joelhos sangrando, e precisamos de deputados para nos ajudar nas lutas.

A obra está sendo feita, e é necessário que continue e que os deputados estejam vigilantes em relação a isso. V. Exa. e a deputada Rosângela Reis são da região, e é claro que essa obra interessa a todos; o deputado Mourão que está aqui também é da região de Valadares. Precisamos unir forças para que essa obra não sofra paralisação, muito menos por um problema de consórcio.

Sugiro a V. Exa. fazermos, aliás, uma audiência pública e chamarmos o Dnit e o consórcio de obras para sabermos o que de fato está acontecendo. Trata-se de uma obra que a presidenta Dilma garantiu que será feita e terá continuação - e já está tendo -, apesar de toda a crise econômica. A deputada Marília citou uma crise mundial. Mas essa crise econômica não pode paralisar o Brasil e nem aquelas obras que são escolhidas como fundamentais. Uma delas é essa, assim como a BR-040. Eram duas obras que ficaram paradas anos e anos. A população já nem acreditava, e agora temos a obrigação de fazer com que ela se torne realidade, como agora. Tenho certeza de que o governador Fernando Pimentel também vai tomar as providências para que o Dnit, o governo federal aja rapidamente para chamar o segundo consórcio, já que esse primeiro não tem condições de tocar a obra.

Isso tem de ser rápido para não haver prejuízo, porque, depois, oportunistas dirão que é um problema do governo. Golpistas pedirão o fim do governo. Sabemos como é isso. Em momentos de crise, o que mais aparece são oportunistas, que querem que tudo dê errado, que pregam fim de governo e de respeito à democracia. Como eu sei que isso não é aceitável, como disse Leonídio Bouças, precisamos estar vigilantes para que as coisas funcionem. Tenho certeza de que a BR-381 vai nos dar muita alegria e continuará sendo feita, apesar de todas as dificuldades. Parabéns pela sua intervenção, deputado.

O deputado Celinho do Sinttrocel\* – Obrigado, deputado Rogério Correia. Apenas quero informá-lo de que já registramos em nossa Comissão de Transporte o pedido de audiência para que possamos debater, e, na mesma ordem, junto ao deputado Wadson Ribeiro, do PCdoB, já apresentamos também um requerimento na Câmara dos Deputados, onde o deputado federal conclama, não convida, mas

convoca o diretor do Dnit, junto com o consórcio, para explicar essa solução não só da BR-381 em relação a esses três lotes, mas também esclarecimento sobre a ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo, que está há quase três anos interditada e parcialmente operando. Estamos precisando de uma posição do Dnit de Minas, que já prometeu várias vezes o início das obras, mas não começa. Quero muito a sua presença nessas duas audiências para que a gente possa buscar essa solução o mais rápido possível.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* - Deputado Celinho do Sinttrocel, estamos acompanhando atentamente suas palavras relativas à BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares. Queremos não só participar do pronunciamento de V. Exa. e ser solidários a ele, mas também dizer que o Consórcio Engevix-Isolux - não só o consórcio, mas essas empresas separadamente - prestam serviços para o governo federal em várias partes do Brasil. Estou vendo problema mais concentrado aqui, especificamente no trecho de Governador Valadares para cá, que é o Trecho nº 1. Conforme V. Exa. sabe, a duplicação está prevista somente até Belo Oriente. De Belo Oriente a Governador Valadares são 72km somente de melhorias. É absolutamente lamentável o governo federal ter esse descaso com o Município de Governador Valadares e com os municípios. Três rodovias federais - a BR-381, a BR-256 e a BR-116 - se cruzam dentro de Governador Valadares. O governo federal fez um projeto duplicando somente até Belo Oriente, com quatro pistas até Belo Oriente e só duas pistas até Governador Valadares.

Mesmo assim, a empresa encarregada de fazer essas melhorias, o Consórcio Engevix-Isolux, interrompe as obras. Quando o governo federal permitiu que essa empresa vencesse a licitação, naturalmente tinha critérios e deveria ter observado por que estava correndo esse tipo de risco. Então, quando tivermos de fazer audiência pública - e louvo a iniciativa de V. Exa. e também do deputado Rogério Correia de tê-lo lembrado -, precisamos fazer essa advertência. A meu ver, a culpa não é só do consórcio. A culpa é de quem credenciou o consórcio, ou seja, também do governo federal.

Estamos nos solidarizando com V. Exa., estamos juntos para trabalhar permanentemente para que o trecho Belo Horizonte-Governador Valadares, da BR-381, seja efetivamente duplicado, a fim de que se diminua o número de mortes, que lhe deu o nome de Rodovia da Morte. Obrigado.

O deputado Celinho do Sinttrocel\* - Obrigado, deputado Bonifácio Mourão. Para concluir, quero também me solidarizar com o deputado Bonifácio Mourão em relação à duplicação da 381 até Governador Valadares.

No ano passado, nós nos reunimos com a nossa presidenta Dilma, e, em Governador Valadares, ela garantiu que, até o final da duplicação da 381, será feito um aditamento para garantir a duplicação da rodovia.

Quanto ao consórcio Isolux-Engevix, é sabido também que ele tem problemas financeiros em todo o País, e não só em Minas, ou seja, ele apresenta problemas também em várias outras obras no Brasil. Então falta responsabilidade desse consórcio ao assumir um contrato e não cumpri-lo. Ele tem de ser chamado à responsabilidade, e buscaremos fazer isso durante as audiências públicas.

Quero ainda me manifestar a respeito de outra questão. Nem tudo é ruim, deputado Rogério Correia. Como estamos registrando esse momento difícil da BR-381, da ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo, quero também salientar que, no último fórum regional, realizado no nosso Vale do Aço, recebemos o governador Fernando Pimentel. De pronto, ele anunciou que está autorizando o levantamento ambiental para as obras da LMG-760, embargada pelo Ministério Público, no ano passado. Ele anunciou que vai garantir a pavimentação da rodovia que vai ligar a Zona da Mata ao Vale do Aço, uma obra tão importante para a nossa região. O meu muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Dilzon Melo - Meu presidente em exercício, deputado Ulysses Gomes, prezados companheiros da Assembleia, prezados ouvintes e telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Hoje, de forma amena, diante do quadro nacional, do qual todos nós temos conhecimento, uso esta tribuna para fazer um contraponto aos comentários que a situação está fazendo não só em Minas Gerais mas também em nível nacional. O que a situação está fazendo? Que a oposição está tramando um golpe, que a oposição está pedindo o *impeachment*, que a oposição está trabalhando pelo quanto pior, melhor. Gostaria de fazer esse contraponto porque não é possível que o povo vai continuar surdo e mudo, como aconteceu nas eleições. Diante de tantas mentiras da presidente Dilma, o povo ainda a levou ao segundo mandato. Não é à toa que ela está com 7% ou 8% de aceitação e 71% de rejeição. Não é à toa! Comentei isso aqui, ontem, com um deputado da situação, do PT, e com o nosso presidente. Eu dizia que Eduardo Cunha ficaria isolado diante de suas atitudes como presidente da Câmara dos Deputados, que ele não estava agradando aos companheiros e que a tendência era ficar isolado e cair. Vimos exatamente o contrário ontem. A votação que houve não foi da direita, como disse aqui a nossa companheira Marília Campos, segundo a qual está se tentando formar uma frente de esquerda. Gente, será que o Sarney é de esquerda? Será que o Collor é de esquerda? Será que o Maluf é de esquerda? Será que o Armando Monteiro, que é do meu partido, é de esquerda? Acho que não estou entendendo mais nada de política, não. Esse pessoal todo é de direita e está todo nos gabinetes e nos ministérios da presidente Dilma. Então não estou entendendo essa mania de dizerem que estamos querendo o *impeachment*. Fernando Henrique já disse que é contra o *impeachment*. Mas nem o povo brasileiro aceita os argumentos do nosso ex-presidente Fernando Henrique. O povo brasileiro quer mudança, porque não acredita mais nessas mentiras, nessas fofocas.

Vejo o meu antecessor falar das obras da BR-381, que vão até Governador Valadares, que a Dilma prometeu, que a Dilma garantiu. Desculpem-me. A Dilma garantir e prometer, para mim não vale nada. Não vale nada, porque muito mais do que isso ela prometeu e não cumpriu. Está aí o nosso Pronatec, para falar a verdade. Está aí o nosso Fies, desses alunos que serão o futuro do Brasil, jogado ao léu, para falar a verdade. Estão aí os investimentos do PAC 2 e do PAC 3, para falar a verdade. Está aí o auxílio daqueles que precisam e não têm a mesma sorte, desempregados, para falar a verdade. Então, não sei até onde a situação quer chegar aqui, em Minas Gerais, para dizer que estamos trabalhando no quanto pior, melhor. Desculpem-me, mas arrumem outros argumentos. Arrumem, porque estão falando que receberam uma herança maldita.

Ontem, perguntava em uma comissão: que dia mesmo eles vão começar a governar? Eles poderiam marcar um tempo para mim, não só aqui, no Estado de Minas Gerais, mas também na Presidência da República. Eles vão começar a governar quando? Até dei uma sugestão ao bloco do governo: mudar de Minas Melhor para Minas Pior. Porque tudo, de lá para cá, piorou. A saúde pública piorou sensivelmente, os hospitais estão fechando. A segurança pública foi um desastre, os níveis de criminalidade aumentaram





substancialmente. As obras que diziam que iriam reinaugar ou recomeçar estão do jeito que está a BR-381 – de três trechos, só um funciona, e dois, não. E ainda pergunto, Mourão: será que essa paralisação não foi proposital por crédito do governo federal, que não paga, como já é normal e costumeiro, ou para as eleições do ano que vem, para que sejam inauguradas como obras políticas? É uma coisa para avaliarmos.

Meu amigo Celinho do Sinttrocel, que defende com tanto ardor aquela região e que é um bom deputado, está também a fazer uma avaliação – sabendo que é do bloco que apoia o governo – de cair na realidade, porque de promessas já estamos cheios. A eleição foi assim do começo ao fim. Então, mais uma promessa de que vai fazer, de que vai continuar e de que as obras não serão paralisadas é mais uma conversa para boi dormir.

Quero fazer esse contraponto, porque, como oposição que sou, não vou aceitar essa balela constante de que queremos o pior. As nossas votações aqui, na Assembleia, deram demonstração disso. Votamos tudo aquilo que foi de interesse do governador Fernando Pimentel. Nada que ele quis para a reforma política partidária aqui, em Minas, se deixou de votar. Então, não joguem em nós a culpa de que não colaboramos; diferentemente do que estão atribuindo no governo federal, onde estão votando contra. Quem está votando contra? Um governo que diz que tem 400 em sua base parlamentar teve só 180 votos. Então, quem está votando contra são os insatisfeitos do PT, os insatisfeitos do PMDB, que, às vezes, não têm coragem de vir a público, como veio o meu partido ontem, para dizer que saiu da base de governo. Graças a Deus, criaram vergonha, saíram da base do governo, não só o PTB, mas também o PDT. Esses que votaram contra, na surdina, são esses envergonhados que votaram na Dilma e que não aceitam mais.

Vou conceder um aparte ao deputado Sargento Rodrigues, fazendo aqui uma referência de que, ontem, nessa conversa de que o Eduardo Cunha ficaria isolado, a demonstração foi exatamente o contrário. E prepare-se, governo, porque ainda vem coisa pior. Prepare-se, governo, porque a presidente não vai ter nem 100 em sua base parlamentar para segurar as pontas, porque fez baianada o tempo inteiro, fez sacanagem o tempo inteiro, gastando o dinheiro que não era dela – mal gasto, indevidamente –, para se eleger no segundo mandato. E agora os que menos podem, os mais pobres e os mais sofridos estão pagando o pato dessa irresponsabilidade.

Não vão ter 100 para defender o seu governo. Então mudem o discurso tanto aqui em Minas como em Brasília. Quem é governo? Vamos deixar a hipocrisia de lado e trabalhar dentro da realidade. Nós, deputados, estamos fazendo o nosso dever, ou seja, apoiando aquilo que é de interesse do povo de Minas Gerais, independentemente de ser projeto do governador ou de deputado da situação. Estamos apoiando. Eles é que não estão cumprindo a parte deles, em nenhum setor, e vêm com mentirada, dizendo que pra nós quanto pior, melhor.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Cumprimento V. Exa., deputado Dilzon Melo, e ao mesmo tempo o PTB, que V. Exa. preside em Minas Gerais, por ter dado um exemplo muito bom para o País ao desembarcar junto com o PDT. Graças a Deus o PDT também ouviu as nossas vozes aqui em Minas Gerais, deputado Bonifácio Mourão. Falo com muito orgulho que nós, no dia 17/3/2015, encaminhamos uma carta ao presidente nacional do PDT, Sr. Carlos Lupi, pedindo que o PDT desembarcasse. Esta carta está assinada pelos quatro deputados estaduais do PDT de Minas Gerais. Da mesma forma, comungamos com o pensamento de V. Exa.

Quero dizer mais: está na hora de a hipocrisia acabar, de a máscara cair neste Plenário. Vemos deputados do PT a toda hora virem aqui dizer que não aceitam golpe, que a presidenta foi eleita legitimamente. Golpe? Perguntem ao trabalhador, nas ruas, quem está dando golpe. Perguntem quem mentiu descaradamente na eleição de 2014, deputado Bonifácio Mourão. Perguntem quem é o rei do petróleo. Perguntem que está enfiado num mar de lama, no desvio do dinheiro público, nessa podridão. Isso é que é golpe. Onde estão os deputados do PT? Eles vêm aqui defender e falar que não existe corrupção no petróleo. Isso é que é golpe. Golpe é roubar, na calada da noite, o dinheiro público. Pergunte ao Renato Duque, ao Alberto Youssef e ao Paulo Roberto Costa.

Deputado Dilzon Melo, os deputados do PT desta Casa precisam ter um pouco mais de humildade. Parece que estão vivendo numa redoma, numa bolha. Parece que não estão ouvindo nada. Toda hora vejo um determinado deputado chegar aqui e falar que é golpe. Golpe de quem? Golpe da mentira durante a campanha de 2014, da ilusão, deputado Dilzon Melo. A presidente Dilma Rousseff mentiu descaradamente para o eleitor brasileiro. Agora, como estava a economia? Indo por água abaixo. A economia, deputado Bonifácio Mourão, estava indo por água abaixo. Quando os adversários, durante a campanha, perguntavam, ela saía cinicamente com uma resposta mais fria, mais cínica, dizendo que estava tudo bem. Tudo bem, deputado Gil Pereira? Olha o que está acontecendo com a retração da economia. Isso é ruim para todo o País, é ruim para todo mundo.

Não venham querer colocar essa conta na oposição. Essa dívida não é da oposição, deputado Dilzon Melo. Essa dívida é do governo do PT. Se é a oposição que está querendo dar golpe, o Michel Temer é de qual partido? O vice-presidente da República é do PMDB. Eduardo Cunha é de qual partido? Do PMDB. Por que o deputado do PT não vem aqui e fala que são os deputados federais do partido A, B ou C que estão querendo dar golpe? É isso que o deputado tem de ter coragem de falar aqui. Mas não, ele sabe que a situação está degradingolando. Aliás, já degradingolou, deputado Bonifácio Mourão. O governo da presidente Dilma acabou. Ninguém aguenta mais. O cidadão brasileiro não aguenta mais mentiras. Vejam quantas vezes a conta de energia já subiu, deputado Dilzon Melo. Quatro. E a taxa Selic? E os juros do cartão de crédito e do cheque especial? E vêm dizer que o PT defende trabalhadores.

Qual trabalhador, deputado Bonifácio Mourão? Aqueles contra quem votaram na redução do seguro-desemprego, no pagamento da pensão? Votaram contra o trabalhador. Disse aqui a um determinado deputado para voltar às origens, às portas das fábricas para defender os trabalhadores.

Deputado João Leite, alguns deputados vêm dizer aqui que a oposição está dando golpe. Golpe? Tenha santa paciência, deputado Dilzon Melo! Tem de ser hipócrita para dizer isso. Golpe é roubar o dinheiro do povo à luz do dia. A Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Justiça Federal não dão golpe, pois são instituições sólidas e estão apurando dentro do Estado Democrático de Direito, no devido processo legal. Onde está o Vacari? Está preso. Onde está o José Dirceu? Está preso. Sabem quem o próximo, deputado Dilzon Melo? O Lula. O próximo será o Lula. Escreva aí que isso ocorrerá até o final deste mês. Aí será a pá de cal. Vêm agora dizer que é golpe!



Ontem, por exemplo, deputado Dilzon Melo, mais de quatrocentos deputados votaram aquela PEC. Onde estavam os deputados do PMDB e do PT? Somando as duas bancadas, são quase duzentos deputados. Parece que alguém se esqueceu de fazer aquelas contas simplórias, deputado João Leite. Sabe por quê? A Câmara tem 513 deputados. Alguém não viu a votação de ontem? Foram quatrocentos e tantos votos.

Graças a Deus, deputado Dilzon Melo, que o Carlos Lupi e outros ouviram as nossas preces aqui de Minas Gerais e desembarcaram dessa canoa furada, caso contrário o PDT sangraria quatro anos juntos com eles.

Assim, parabêniso V. Exa. e quero dizer que quem está dando golpe no País é o PT, é a mentira, a corrupção. A máscara está caindo por terra.

O deputado Dilzon Melo – Antes de conceder aparte ao deputado João Leite, gostaria de dar dois recados. Primeiramente, quero dizer ao governador Fernando Pimentel que não sou contra o governo dele. Tenho aqui o meu compromisso de votar todos os projetos que forem do interesse do Estado de Minas Gerais. Estavam dizendo que sou radical. Quero que ele seja feliz, que faça um bom governo, mas que não aprenda com as mentiras da Dilma e do governo federal. Então, tem o meu apoio.

Em segundo lugar, parabêniso a atitude do vice-presidente Michel Temer, que teve a humildade que a Dilma nunca teve de mostrar ao povo brasileiro que é preciso todos se unirem para vencer essa crise. Eu achava que sair a Dilma para entrar o Temer seria sair do mal para o pior, mas estou achando que não. Pelo menos ele deu uma demonstração de humildade de que precisa do Congresso e do povo para superar essa crise. Parabêniso-o por esse ato de humildade.

Gostaria de perguntar: será que o PT está vendo que quem vai dar rasteira e golpe vai ser o PMDB ou ele acha que somos nós? Ou acha que é a direita? Quem vai dar a rasteira não somos nós.

O deputado João Leite (em aparte)\* – Meu querido amigo, líder Dilzon Melo, parabêniso V. Exa. e o PTB pela decisão correta de ficar ao lado do povo brasileiro. O PTB teve uma postura que o engrandece. O PTB com o PDT do deputado Sargento Rodrigues desembarcaram desse governo que infelicitava o nosso país.

Queria lamentar o golpe do qual o Brasil foi vítima. O PT praticou um golpe contra a Nação. Prometeram o país das maravilhas. Na América Latina, só vamos ganhar da Venezuela. Estão aqui os números. O Brasil ajudou a frear o crescimento da América Latina. Vamos ficar na frente apenas da Venezuela, companheira do Brasil. O pior não é isso. Eu esperava aqui um partido humilhado, humilde pelo que está acontecendo. O grande líder deles, o José Dirceu, está preso pela segunda vez. E vem o partido aqui nos acusar. Nem ficamos sabendo disso. Foi a colaboração premiada dos empreiteiros que lucraram com o PT. O PT tirou não sei quantos milhões da pobreza e depositou tudo na Suíça.

Imaginem o seu Zé Dirceu... Foram R\$20.000.000,00 bloqueados na conta dele. E vários petistas ajudando a pagar sua multa do mensalão. Foram R\$20.000.000,00 bloqueados na conta do Zé Dirceu. Achava que o PT viria aqui hoje com uma delegação, de ônibus, para ir a Curitiba dar apoio ao Zé Dirceu, que está preso sozinho na Polícia Federal. Ele foi homenageado na sua chegada com foguete, um monte de coisa. Esperava que continuasse daquela maneira, pedindo um encontro com Fernando Henrique Cardoso, conversasse com as oposições, mas não, vêm aqui dizer que estamos fazendo golpe. Golpe foi o que o PT fez contra os brasileiros.

\* - Sem revisão do orador.

## 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

### Discursos Proferidos em 11/8/2015

O deputado Fred Costa\* – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o presidente em exercício, deputado Hely Tarquínio, generoso como sempre. Referindo-me a esse deputado no superlativo, também quero externar meu apreço, minha admiração por V. Exa. e minha gratidão pela oportunidade de aprender com o douto colega. Na sua pessoa, quero cumprimentar os deputados e as deputadas, as senhoras e os senhores que nos escutam e nos acompanham, sobretudo através da TV Assembleia.

Lamentavelmente, o que me traz a esta tribuna para fazer uso da palavra nesta tarde são, mais uma vez, os abusos, a falta de respeito para com o cidadão belo-horizontino, o que reside na cidade ou que possui imóvel em Belo Horizonte.

No dia 28/11/2013, completamente fora de sintonia com os anseios e desejos populares, num momento de crise econômica, num País onde nenhum cidadão mais suporta e aguenta aumento da carga tributária, numa cidade onde a economia não é pujante, infelizmente padece de vocação econômica – refiro-me à nossa capital, querida cidade de Belo Horizonte –, a prefeitura, de forma irresponsável, remeteu à câmara municipal um projeto de lei que aumentava o ITBI em 20% e o ISSQN, para mais de 100 setores da economia, em até 150%. Lamentável foi o desdobramento. Infelizmente, em regime célere, a câmara de vereadores de Belo Horizonte aprovou esse atentado contra a população tal qual chão de poleiro, onde só pela manhã aparecem os resultados do que foi feito na calada da noite. Quando o cidadão descobriu, quando tomamos conhecimento, já haviam aprovado o aumento dos impostos sem que a população tivesse oportunidade de ser ouvida, aquela que sofreria no dia a dia as consequências da irresponsabilidade desse aumento.

A partir do momento em que tomei conhecimento, debrucei-me a estudar a matéria junto com advogados do meu gabinete e um escritório terceirizado que contratamos. Ajuizamos então uma ação em 10/2/2014 e solicitamos uma liminar que impossibilitava os efeitos do aumento desse imposto, mais precisamente, nesse caso, com relação ao ITBI, baseado na Constituição do Estado de Minas Gerais, naquilo que foi definido por esta Casa Legislativa, que proíbe a apresentação de projeto de lei que trata de aumento de impostos num prazo inferior a 90 dias do término da sessão legislativa. Logo a Prefeitura de Belo Horizonte, com o aval, a chancela, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, cometeu um ato inconstitucional, ilegal e antijurídico, ao ser protocolado o projeto no dia 28/11/2013, não respeitando a noventena, que, repito, é prevista na Constituição do Estado de Minas Gerais, portanto tem que ser seguida por todos os municípios deste estado.

Para que existe a noventena? Exatamente para garantir aquilo que não houve: o amplo debate, o conhecimento das partes, o conhecimento sobretudo daqueles que sofreriam as consequências desse aumento. Graças a Deus, naquele momento conseguimos demonstrar isso aos desembargadores que compunham o Pleno do Tribunal de Justiça, e, dessa forma, foi concedida liminar ao



partido que eu presido, Partido Ecológico Nacional, no Estado de Minas Gerais, e publicada em 15/4/2014, proibindo os efeitos do aumento do ITBI na cidade de Belo Horizonte. Ficava proibida então a prefeitura de cobrar 20% a mais do contribuinte.

E assim foi feito a todas as pessoas que receberam os boletos para pagar o ITBI desde o dia 1º de maio, ironia do destino, logo o Dia do Trabalhador – era o dia que se iniciaria o aumento. Baseado na liminar concedida pelo Tribunal de Justiça ao partido que presido, foi inviabilizada então a prática do aumento do ITBI por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. Logo os 33 mil contribuintes que pagaram o boleto do ITBI no momento em que receberam praticaram um ato jurídico perfeito. Ou seja, a prefeitura cobrou “x”; e o contribuinte, em tempo hábil, pagou “x” ao qual era submetido, de acordo com a lei em vigor e com a liminar que estava válida durante o período.

Em 25/3/2015, praticamente 12 meses depois, a prefeitura conseguiu derrubar a liminar, que foi julgada improcedente, sendo revogada.

A publicação aconteceu dia 22/5/2015. De forma bastante professoral, quero afirmar que só vale a derrubada da liminar a partir do momento em que ela é publicada. Já havia transcorrido mais de 12 meses. Ai, para minha surpresa, para minha total indignação, para o que considero um atentado, para o que considero uma sem-vergonhice sem tamanho, a Prefeitura de Belo Horizonte, no transcurso das férias forenses, algo que suscita até dúvida sobre se não foi proposital, emite 33 mil boletos para o contribuinte, que, no transcurso de praticamente 13 meses, havia pagado tal qual ela cobrou. Para surpresa de todos nós, a prefeitura cobrou de forma retroativa os 20% que havia deixado de cobrar por força da liminar.

Utilizando de sofisma, enganação e mentiras, o que não poderia deixar de acontecer aconteceu, os meios de comunicação foram perguntar à prefeitura: “Ora, vocês estão cobrando de forma retroativa do consumidor por que motivo?”. A pessoa designada pela prefeitura, de forma sorrateira e mentirosa ou mal-informada, incompetente, alegou que a cobrança era porque o processo tinha transitado em julgado.

Aqui trago as informações e os dados. No dia 29 de maio – logo, em prazo –, meus advogados apresentaram os embargos declaratórios. Então a matéria ainda está para ser analisada no Tribunal de Justiça. Mesmo que a decisão ainda seja contrária aos contribuintes – o que fiz não foi em minha defesa, mas em defesa de todos os contribuintes –, ainda cabe recurso ao Supremo, e provavelmente a sua decisão será em face do que defendemos.

Peço licença para ler uma questão de ordem numa ação direta de inconstitucionalidade, um dos últimos atos do então presidente, ministro Joaquim Barbosa, que foi relator de um caso análogo, semelhante, que diz respeito ao Estado do Mato Grosso do Sul, onde houve também aumento de imposto através de liminar concedida. O Estado do Mato Grosso, por intermédio de seus gestores, tão irresponsáveis quanto os de Belo Horizonte, tentou cobrar de forma retroativa. O que aconteceu então? O caso foi até o Supremo, e o ex-ministro Joaquim Barbosa emitiu parecer e, de forma unânime, tomaram a decisão de que, em caráter excepcional, não pode retroagir a cobrança de majoração de impostos, tributos, quando houver liminar. Logo, estão lesando 33 mil contribuintes que pagaram em dia, de acordo com o que foi cobrado, repito, fizeram o que denominamos ato jurídico perfeito.

Não quero ser redundante. Não quero ser repetitivo, mas a indignação não me deixa. O que a prefeitura de Belo Horizonte fez foi um ato precipitado, no mínimo, porque não transitou em julgado a matéria. É um ato ilegal, que não respeita a Constituição do Estado de Minas Gerais, não respeita a lei e não respeita esta Casa.

Se nós, deputados, somos formuladores das leis estaduais e fiscalizadores da ação do Executivo, na medida em que a prefeitura de Belo Horizonte descumpra uma lei aprovada nesta Casa e insiste em aumentar impostos, é porque ela não reconhece o Poder Legislativo estadual. É porque ela não respeita o Poder Legislativo estadual. Além disso, considero o ato imoral porque estão praticando algo e sabem que, no mínimo, há uma tendência majoritária no direito que entende que não pode haver cobrança retroativa de impostos, taxas e tributos prejudicando o contribuinte.

Aqui, divido com os nobres pares uma dúvida.

Quarta-feira estará na pauta do Tribunal de Justiça. Espero que a decisão seja em nosso favor, em favor do bem, em favor dos contribuintes. Sendo essa a decisão, como a prefeitura fará para devolver o dinheiro, já que vencida no dia 10 de agosto, e a maioria das pessoas, que são pessoas de bem... Aliás, partimos do princípio de que todo cidadão é de bem e não quer ficar em débito. Logo, estamos diante de um caso que pode ter um desdobramento extremamente perigoso, dada a irresponsabilidade dos gestores da prefeitura, porque teremos a decisão no TJ. Se ganharmos, como a prefeitura devolverá esse dinheiro? E vamos ganhar. Se, ainda assim, for para o Supremo e ganharmos, já que há jurisprudência, como o contribuinte fará?

Para finalizar, Sr. Presidente, quero afirmar que o cidadão não pode ser culpado da incapacidade e incompetência do gestor público. Se ele precisa de dinheiro porque gastou inchando a máquina pública para colocar seus apaniguados e não teve competência para ser gestor de Belo Horizonte, não somos nós, contribuintes, que temos de pagar essa conta de R\$66.000.000,00. Mais do que isso, no ano que vem haverá eleições municipais, e pode ser que o próximo prefeito tenha de ressarcir os contribuintes com esses R\$66.000.000,00. Logo, a prefeitura está sendo irresponsável ao deixar essa herança maldita para um próximo gestor.

Portanto a minha indignação. Espero que a justiça seja feita e que o Partido Ecológico Nacional, partido que presido, através de ação provocada por mim, possa fazer justiça. Se ganharmos naquele momento a liminar, estamos convictos de que ganharemos, esse processo transitará em julgado, e será feita justiça com os contribuintes. Muito obrigado pela compreensão.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Fábio Cherm\* – Presidente, estamos aqui hoje ocupando esta tribuna para, sobretudo, agradecer a oportunidade que nos foi dada pela presidência desta Casa de efetuar, no último sábado, a convenção do nosso partido, contando, aliás, com a presença do ministro Gilberto Kassab, que aqui esteve para prestigiar o evento. Mais do que isso, ficamos surpresos pela penetração e força do partido no Estado – hoje mais de 500 dos 853 municípios de Minas têm comissões do PSD. O partido vem se autoafirmando como realmente uma força política não só no País, mas também no Estado de Minas Gerais.

A partir desse posicionamento do PSD, fica a pergunta, o questionamento de um partido que cresce e floresce, apesar da descrença quase generalizada na política. No seu início, o PSD foi formado pela necessidade de os brasileiros saírem da sinuca política na qual



se encontravam, e se encontram hoje, de radicalismos, de extremos, da esquerda ou da direita. Essa construção efetuada depois da eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e que chega até os dias de hoje, com a presidente Dilma Rousseff, demonstra dois extremos políticos que não dialogam em hipótese nenhuma. Isso tem prejudicado o País.

O PSD foi formado a partir de uma posição explícita de seu principal fundador, o ministro Gilberto Kassab, que disse que o PSD é um partido de centro. Não era um partido nem de direita nem de esquerda, mas de centro. Hoje, tendo em vista a radicalização da política, o vale-tudo bem mencionado para ferir adversários por meio de poderes institucionais constituídos, podemos perceber a importância dos partidos de centro no Brasil, ou seja, dos moderados que estão atentos às necessidades dos brasileiros, independentemente das posições políticas de A ou B. É um partido com o objetivo de construir o Brasil. Mais que nunca, neste momento, quando as instituições são usadas para que os adversários políticos possam ser feridos, o PSD tem se firmado como um partido cada vez mais importante para o País.

Hoje, na Câmara Federal, esse partido possui 37 deputados. Aqui, na Assembleia de Minas, temos 4 deputados. Na última legislatura, em razão de problemas de coligação, não conseguimos eleger 6 deputados. Se o PSD tivesse entrado solitariamente, teria, com certeza, constituído uma maioria mais expressiva nesta Casa. Nossa convenção vem mostrar a força do partido e, sobretudo, garantir uma coligação que faça jus ao tamanho, à estatura e ao número de votos do PSD.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – Muito obrigado, deputado Fábio Chermem pela oportunidade deste aparte. Gostaria de relatar aqui exatamente aquilo que disse na convenção. Hoje estamos convictos de que falta no Brasil alguém que coloque os interesses da sociedade, os interesses da população acima dos seus próprios interesses, acima dos interesses partidários, acima dos interesses de se manter e perpetuar no poder. O que temos visto, ao longo dos últimos anos, é que o modelo político do Brasil já está desgastado, já não está atendendo mais a demanda da sociedade. Esse modelo já não está dando respostas aos anseios da nossa população.

O PSD hoje é uma oportunidade. Foi identificado pelo Gilberto Kassab – um partido que já teve em sua sigla Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek. Há hoje a esperança de os brasileiros encontrarem um partido com pessoas que venham lutar para uma sociedade melhor. Não precisamos, como temos visto, de políticos que pensem primariamente em seus próprios interesses. Esse pensamento é responsável hoje por este fracasso que o Brasil está vivenciando. O fracasso não é só do modelo político, mas também causador da crise econômica que hoje se sobrepõe à crise política, tornando quase impossível soluções para os nossos principais desafios, que são combater a pobreza, dar saúde de qualidade à população brasileira, trazer segurança para nossos cidadãos.

Não conseguimos fazer isso exatamente, porque é através de uma boa política que os conflitos da sociedade são resolvidos. Por que não estamos fazendo essa boa política? Porque os interesses do partido e dos próprios políticos estão se sobrepondo aos interesses dos municípios, dos estados e da Nação. Espero que o PSD proponha soluções para os conflitos da nossa sociedade. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Fábio Chermem\* – O deputado Doutor Wilson Batista está se despontando em Minas Gerais por sua representatividade, moderação e bom senso. É com grande alegria que recebemos nesta Casa esse parlamentar que representa muito bem a Zona da Mata.

É neste momento de crise que verificamos a força da democracia através de suas instituições. Hoje, diferentemente do passado, quando somente a Presidência da República se despontava, as instituições se fortalecem. Há posicionamentos independentes no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no Tribunal de Contas da União, no Supremo Tribunal Federal, na Advocacia-Geral da União, na Polícia Federal. Todas as instituições estão trabalhando paralelamente, mostrando sobretudo a maturidade da democracia brasileira. Percebemos agora, com alegria, que os pensadores do Brasil, aqueles que refletem sobre a maturidade e os tesouros construídos ao longo dos anos de democracia plena, estão valorizando as instituições. Já não se fala mais em golpismo branco. A própria sociedade se insurge contra a postura destrutiva de membros do poder instituído, mais especialmente do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que continuamente coloca em pauta demandas que oneram os cofres públicos num momento em que mal temos recursos para cumprir compromissos, tirar o Brasil do atoleiro, que veio a reboque de uma crise internacional, e poder permear o futuro. É nessa expectativa que as instituições se fortalecem, que vemos pensadores em jornais e nos veículos de comunicação em geral valorizando a democracia, as instituições, independentemente do posicionamento dos políticos. Percebemos esse momento com alegria, confiantes de que os problemas serão resolvidos de forma institucional.

A quem interessa a quebra de mais de 25 anos de voto direto para presidente da República, governador, prefeito, vereador, deputado, senador? Essa foi uma grande conquista da sociedade brasileira. Atravessamos o maior período de democracia e estabilidade já vivido pelo Brasil. Esse é o nosso tesouro, essa é a experiência que tem de ser resguardada, apesar do momento atual. Como brasileiros, políticos ou não, só podemos contribuir para o País nesse grave momento de crise se atuarmos de maneira institucional e unida. Citamos como exemplo a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde, apesar das diferenças, a instituição prevalece, respeitando e valorizando como pode as outras instituições do Estado.

É nessa linha, presidente, que deixamos a nossa mensagem. Acreditamos que os mares revoltos que agora enfrentamos serão superados ao longo do tempo, com diálogo e sobretudo sem nenhuma ruptura institucional, o que seria um grande retrocesso para o País. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bosco\* – Cumprimento o presidente que conduz os trabalhos desta reunião ordinária, os deputados, as deputadas e o público que nos honra com sua presença. Presidente Hely Tarquínio, quero fazer uma saudação especial aos telespectadores que nos acompanham através das transmissões da nossa TV Assembleia.

Sr. Presidente, nesta oportunidade, a exemplo de colegas deputados que nos antecederam nesta tribuna, quero falar da nossa preocupação em relação ao momento que nosso país vive e, obviamente, os estados federados. Não é novidade para nenhum brasileiro que estamos atravessando um momento de crise, uma crise que está assolando os municípios, porque tem atingido diretamente a indústria, o comércio e causado desemprego em massa. Consequentemente, isso resulta na queda de receita dos nossos municípios. Sabemos, caro presidente, deputados e deputadas, que as coisas efetivamente acontecem nos municípios. É nos municípios que as





peças adoecem e precisam de atendimento de qualidade, de saúde. É no município que as pessoas precisam de educação, da educação infantil, da educação básica, do ensino médio, do ensino superior. É no município que existem demandas habitacionais. É no município que o governo precisa estar mais presente, tanto o governo municipal quanto os governos estadual e federal.

É claro e eu entendo que só sairemos e venceremos essa crise através do trabalho. Temos de ser perseverantes, temos de acreditar no potencial do nosso estado, no potencial do nosso país porque, afinal de contas, caro presidente e deputados, essa não é a primeira crise que enfrentamos neste país. Aliás, é mais uma de tantas outras que já foram enfrentadas pelo nosso país, por todos os brasileiros e brasileiras. Tenho certeza absoluta de que, com a força do trabalho, com fé e determinação, havemos, sim, de vencer essa batalha. É importante que haja, caro presidente, caros deputados e deputadas, união de esforços e, sobretudo, das lideranças políticas. Nós, lideranças políticas que somos, precisamos levar boas novas, precisamos apontar caminhos para que a sociedade nos acompanhe, para que a sociedade vislumbre uma luz no final do túnel.

É com esse sentimento, é com esse desejo e, acima de tudo, é com esse comprometimento de mineiro que sou, de líder político que me honra muito ser e estar nesta Assembleia como deputado pelo segundo mandato, que estou trabalhando.

É dessa forma que estamos levando a todos os cantos esse trabalho, a todos os municípios que temos visitado e que não são poucos. Durante o recesso de duas semanas deste Parlamento, aproveitamos para visitar inúmeros municípios, inúmeras lideranças, prefeitos, vereadores, e o assunto da pauta não poderia ter sido outro.

Quero aqui, Sr. Presidente, destacar um evento que está acontecendo em Nova Serrana, que é um polo da indústria de calçados extremamente importante para Minas Gerais e para o País. Esse é o município que mais tem crescido nos últimos anos em Minas Gerais e que gera muito emprego, muita divisa. Fizemos questão de, no dia de hoje, atendendo a um convite do deputado Fábio Avelar Oliveira, nosso correligionário do PTdoB, lá estar, também com o deputado Emidinho Madeira, outro colega desta Casa, também do PTdoB. Vimos por lá outros deputados federais e, é claro, havia a presença importante do Fernando Pimentel, governador do Estado de Minas Gerais. Ele foi lá para visitar a feira, mas sobretudo para fazer um anúncio extremamente positivo aos empresários de Nova Serrana. O governador, na manhã de hoje, anunciou uma redução no Regime Especial de Tributação – RET –, que foi criado por meio de um decreto em 2010, definindo e estabelecendo um percentual de 3%. Embora pareça ser pouco, é uma contribuição que, aliada a outros impostos, tem causado uma dificuldade muito grande, principalmente para esse setor importante, que é o calçadista. O governador, atendendo a uma demanda do deputado Fábio Avelar Oliveira, nosso amigo de Nova Serrana, atendendo a uma demanda do prefeito dessa cidade, atendendo a uma demanda dos empresários, do sindicato, anunciou essa redução de 3% do RET para 2%. Isso é uma demonstração de que o governo está sensível a essas dificuldades, sobretudo a essa crise que acontece em Minas Gerais, que não é diferente da dos outros estados, como já falei aqui.

Gostaria, nesta oportunidade, caro presidente, de cumprimentar o Fernando Pimentel, governador de Minas, por essa atitude, junto com o Dr. José Afonso Bicalho, secretário da Fazenda, que na manhã de hoje fez esse anúncio importante. Tenho certeza de que ele vai estimular os empresários que estão vivendo um momento de dificuldade, o de terem de demitir servidores, de terem de colocar em frente a suas fábricas aviso de que não estão admitindo, tamanha as filas de desempregados que estão batendo as portas dessas indústrias calçadistas, em especial de Nova Serrana... Isso também está acontecendo nas demais cidades de Minas Gerais e do País afora. Acredito que esse anúncio foi extremamente importante numa hora muito oportuna. Pudemos perceber de perto a satisfação do sindicato, dos empresários, sobretudo daqueles que estão participando da 16ª Fenova, em Nova Serrana.

Portanto, fica esse registro e os nossos cumprimentos às lideranças empresariais e políticas que têm como líder maior, nesta Casa, o deputado Fábio Avelar.

Gostaria também, Sr. Presidente, encerrando a nossa participação nesta tribuna, de manifestar a nossa alegria e a nossa satisfação em relação a um avanço, a um passo importante na área da saúde na minha querida cidade de Araxá. É de conhecimento de todos os deputados e deputadas desta Casa e também de toda Minas Gerais que Araxá é uma das cidades importantes do Estado, uma cidade polo, que conta hoje com mais de cem mil habitantes, que congrega em seu entorno mais de dez municípios que dependem diariamente dela na área da saúde, sobretudo, e de outros setores.

Na próxima sexta-feira, estaremos lá, com a presença do Sr. Fausto, secretário de Estado, inaugurando na Santa Casa de Misericórdia de Araxá uma nova UTI, para a qual há uma demanda muito grande. Atualmente, há somente 17 leitos de UTIs credenciados pelo SUS em Araxá. Agora, com a inauguração dessa nova UTI, na Santa Casa de Misericórdia de Araxá, haverá um acréscimo de 10 leitos. Então, passaremos de 17 leitos credenciados pelo SUS para 27 leitos. Este é um momento extremamente importante para a área da saúde de Araxá e da região.

Gostaria, aproveitando a presença do deputado estadual Antônio Jorge, que, quando iniciamos esse pleito, estava como secretário de Estado... Fizemos esse pleito ao Estado, no governo passado, junto com o pleito da unidade de UTI neonatal, quando V. Exa. estava na secretaria. Então, a inauguração desses novos leitos de UTI adulta vai propiciar a forma de instalarmos em Araxá a UTI neonatal. Quero agradecer ao deputado Antônio Jorge, porque V. Exa., quando secretário, foi solícito ao atender ao nosso pleito, e por isso há agora a garantia de ser instalada em Araxá, nos próximos meses, a UTI neonatal. Ao mesmo tempo, com essa conquista da UTI neonatal, conseguimos aumentar os leitos da santa casa, repito, de 10 para 20 leitos. Ou seja, com mais 7 leitos que temos no Hospital Casa do Caminho, passaremos para 27 leitos credenciados pelo SUS. Então, Antônio Jorge, muito obrigado.

Quero agradecer muito também ao secretário Fausto, que não tem medido esforços para a conclusão desses projetos na área da saúde em Araxá.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)\* – Primeiro, gostaria de cumprimentá-lo pela belíssima atuação. V. Exa. é reconhecido e respeitado por seu mandato, tenho certeza, cumprindo bem o papel como interlocutor e representante de sua região.

V. Exa. acabou de falar sobre a atuação do nosso colega Fábio, no que diz respeito à tributação, ao trabalho que precisamos fazer para que as empresas de Minas Gerais consigam ter uma capacidade competitiva com uma tributação justa. Essa fala me traz uma preocupação, que já foi dita por outros companheiros deputados que também atuam na Zona da Mata, sobre a medida que foi tomada



pelo nosso secretário de Fazenda, recentemente, mudando, revogando o chamado regime diferenciado de tributação, especialmente para as empresas atacadistas.

Tenho atuação, deputado, também na Zona da Mata, em especial na região de Além Paraíba, onde uma importante empresa atacadista, a empresa Zamboni, será afetada pela medida, caso não haja reversão. Sabemos que o secretário prorrogou por mais 30 dias essa condição, para que cada caso seja analisado. É razoável que o governo, quando concede seus benefícios, tenha também a condição de analisar os seus impactos e a sua real eficácia.

Mas, ali naquela região, já pedi ao secretário, ao subsecretário e temos feito apelo para que se mantenha o regime diferenciado. Como sabemos, o Rio de Janeiro pratica um ICMS muito baixo. A chamada Lei Rosinha trabalha com uma alíquota em torno de 2%, diferentemente do que temos em Minas Gerais.

Seria também uma grande contradição o governo de Minas revogar uma medida que beneficie e dê incentivo fiscal à empresa, depois de ter formulado, depois de ter constituído um grupo de trabalho exatamente para discutir a questão tributária, a questão do desenvolvimento econômico da Zona da Mata.

Desculpe ter extrapolado o tempo de V. Exa., mas estamos pedindo essa gentileza, para que faça esse apelo ao nosso governador e ao secretário Bicalho para que revejam essa medida, especialmente nas empresas que estão na região limítrofe da Zona da Mata e que perdem em competitividade para o Rio de Janeiro.

O deputado Bosco\* – Quero agradecer ao deputado Cristiano Silveira seu aparte e tenho certeza de que há a mesma sensibilidade por parte do nosso governador Fernando Pimentel e do secretário José Afonso Bicalho, demonstrada hoje em Nova Serrana, e V. Exa. e os empresários da Zona da Mata também terão. Estou à disposição para me empenhar com V. Exa. em prol da Zona da Mata, e, é claro, com o nosso governo.

Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a paciência e agradeço a todos os colegas a atenção.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Dirceu Ribeiro\* – Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputados, deputadas, público que nos assiste pessoal e virtualmente.

Ubá é terra dos móveis, de saborosa manga, de nomes ilustres como Ary Barroso, Mauro Mendonça e o governador Ozanam Coelho. E também é conhecida como cidade de mulheres bonitas. Em 1997, Nayla Micherif ganhou o concurso Miss Minas Gerais e partiu para conquistar o Miss Brasil. No último dia 15 de julho, outra ubaense se destacou em mais um concurso de beleza: a jovem e inteligente advogada Dra. Stéfhanie Zanelli Marques. Stéfhanie venceu o Miss Minas Gerais, em disputa acirrada com mais de 800 candidatas inscritas, na esperança de registrar seu nome e o de sua terra na história da beleza da mulher mineira em nosso Estado e no Brasil.

Stéfhanie é filha de um casal de também advogados, a Dra. Simoni Zanelli Marques e o Dr. Marcelo Seno Marques, e a cidade recebeu em festa a notícia, que se espalhou rapidamente pelas rádios, TVs, jornais e redes sociais. Ela já está estrelando editoriais de moda e capas de revistas, além de conceder diversas entrevistas e dedicar-se à concorrência do Miss Brasil, que acontecerá em São Paulo. Stéfhanie se prepara mais ainda, a cada dia, para honrar a tradição da beleza da mulher mineira.

Assim, presidente e colegas, Ubá parte para a disputa do Miss Brasil com nossa querida Stéfhanie Zanelli, que, se eleita, tornará Ubá a primeira cidade a ter duas misses Brasil na história de Minas. Importante que se registre nos anais da Assembleia Legislativa dos mineiros nossa honra e a alegria dessa bela jovem que representa minha querida e amada cidade e nosso estado. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa – Boa tarde, deputado Hely Tarquínio, que preside esta sessão; deputados e deputadas presentes; público que nos acompanha das galerias e telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, idealizada pelo nobre parlamentar Alencar da Silveira Jr., que também é o autor da lei, aprovada nesta Casa, que libera a bebida nos estádios de futebol até o início do segundo tempo dos eventos esportivos.

Vários temas me trazem a esta tribuna, deputado Antônio Jorge, mas quero iniciar a minha fala convidando, não apenas os belo-horizontinos, mas todos os mineiros a se juntarem a nós no próximo domingo. Tenho certeza de que o farão, até porque os índices de popularidade da presidenta da República são comparáveis, deputado João Leite, aos do ex-presidente Fernando Collor no momento do seu *impeachment*. Hoje, a presidenta da República não tem a aprovação de sequer 9% da população brasileira. Imaginem que há menos de um ano a mesma foi eleita por pequena maioria dos brasileiros e que, passado menos de um ano de governo, seus índices de impopularidade chegam a esse número e aumentam a cada dia! Então, quero convidar todos os mineiros para, no próximo domingo, vestirmos camisas verdes e amarelas, das cores do nosso país, para mostrar, sobretudo ao partido da presidenta, que os brasileiros não a querem mais à frente dos destinos do nosso país.

Somos unânimes em afirmar que a presidenta não tem mais clima para governar o País. Na última quinta-feira, ela pediu aos líderes dos partidos que compõem a sua base que não votassem em determinado projeto que tramitava no Congresso Nacional, mas, para nossa surpresa, todos os partidos da base aliada, deputado Bonifácio Mourão, votaram contrariamente à presidenta da República. É sinal de que o próprio Parlamento, o Congresso Nacional, como grande parte dos mineiros, encontra-se insatisfeito com a presidenta da República.

Dizer que é um problema mundial é querer iludir e tapan o sol com a peneira. Os problemas que a economia do País enfrenta hoje, deputado Gustavo Valadares, começaram quando Fernando Pimentel, do PT e da Dilma, hoje governador de Minas, era o seu ministro de Indústria e Comércio.

Foi ele que autorizou, deputado Carlos Pimenta, a isenção de uma série de tributos que hoje prejudica a economia do nosso país. A indústria automobilística, só no último mês, pôs cerca de 19 a 20 mil trabalhadores em férias e mandou outros tantos embora. Dizer que isso é crise mundial? Não. Foram ações que, para perpetuar no poder, foram implementadas pelo partido da presidenta da República, que sucateou a maior empresa brasileira, a Petrobras, que fez daquela empresa um caixa dois para o seu partido para poder comprar o apoio dos seus companheiros aliados.



Então, o que nós queremos é que todos aqueles que gostam do Brasil, sobretudo os que aqui vivem, neste estado, os mineiros, nos unamos, no próximo domingo, na parte da manhã, para nos manifestar e mostrar nosso desejo, da mesma forma que o Brasil se mobilizou quando o então presidente da República, hoje aliado à presidenta Dilma, Fernando Collor conclamou os brasileiros para saírem às ruas. E os brasileiros fizeram exatamente o contrário: foram às ruas, sim, mas de roupa preta pedindo a saída do presidente naquele momento. E eu tenho certeza de que, no próximo domingo, o Brasil mais uma vez vai mostrar ao partido da presidenta da República que nós estamos cansados desta roubalheira que vem se alaistrando neste governo nos últimos 12 anos.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Ilustre líder, deputado Gustavo Corrêa, quero cumprimentar V. Exa. pela intervenção, tão equilibrada e tão necessária, na tribuna da Assembleia Legislativa, nesta tarde de 11 de agosto, e dizer da satisfação de estar com o PDT na oposição. E agora mais do que nunca o PDT também desembarcou do governo federal, do governo do PT. Graças a Deus, agora nós não vamos sangrar durante quatro anos, que é o que aguarda aqueles que se mantêm aliados ao PT em Brasília. Ou seja, vão sangrar junto ao PT por quatro anos, porque a Operação Lava Jato não vai parar por aí. E, diga-se de passagem, está vindo aí a CPI do BNDES, quando, com certeza, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva vai ter de prestar muitos esclarecimentos, e o senhor governador Fernando Pimentel, também, porque esteve também na direção daquela instituição.

Mas eu quero, da mesma forma, não só cumprimentar o deputado Gustavo Corrêa, mas também conchamar todos os mineiros para, no dia 16, domingo próximo, às 10 horas, na Praça da Liberdade, estarmos todos lá, participando e dizendo um “não”, chega de corrupção na Petrobras; um “Fora PT!”, principalmente um “Fora PT do governo federal!”. É isso que nós esperamos e por isso nós estaremos lá, mais uma vez, para dizer “não” a essa roubalheira, para dizer “não” à corrupção.

Eu quero, presidente, ilustre deputado Gustavo Corrêa, aproveitando aqui poucos minutos, apenas fazer um registro muito importante. Hoje de madrugada nós perdemos mais um herói da segurança pública. O soldado PM Charles Coelho de Souza, 26 anos, foi vítima – conforme entendimento até o presente momento – de um latrocínio. Ele foi morto depois de ser baleado no final da noite dessa segunda-feira, em Ribeirão das Neves, na região metropolitana. O soldado PM Charles Coelho de Souza Júnior, 26 anos, estava à paisana e teve a arma roubada também.

Quero aqui ainda fazer um *link*, nessa situação, infelizmente, das mentiradas que foram contadas no ano passado e que se refletem em todo o País e se refletem diretamente na morte desse soldado: a ilustre presidente da República, quando disputava a campanha de reeleição, deputado Bonifácio Mourão, disse que atuaria seriamente e firmemente na segurança pública, mas que, para isso, precisaria enviar uma proposta de emenda constitucional para que a União pudesse atuar em segurança pública. A incompetência em pessoa aquela mulher, não é? É como disse aí um certo cidadão, de cujo nome não me lembro: ela não consegue falar uma frase que não seja desconexa. É a incompetência em pessoa. Essa mulher disse em toda a campanha que, para a União atuar em segurança pública, era preciso enviar uma PEC para alterar a competência, deputado Bonifácio Mourão, esquecendo-se ela que o art. 54 diz que a segurança pública deve preservar a incolumidade das pessoas, o patrimônio, o direito à vida, e será exercida por meio dos seguintes órgãos: primeiro órgão, a Polícia Federal; segundo órgão, a Polícia Rodoviária Federal. Ou seja, é a União.

Mas, pasmem, as fronteiras continuam abandonadas. O PT é da linha do direito penal mínimo. Por eles, não se prende ninguém. Por isso o crime vem avançando e a droga devastando a sociedade. As fronteiras foram abandonadas. Estamos repetindo isso, deputado Bonifácio Mourão, há mais de cinco anos na Comissão de Segurança Pública.

Quero encerrar dizendo que o fora PT tem de ecoar pelo Brasil, porque situações como essa, como a morte do próprio companheiro, poderiam ser minimizadas. Com menos armas entrando pela fronteira e menos drogas, com certeza as polícias estaduais teriam melhores condições de atuar em segurança pública. Esperamos que o comandante-geral da Polícia Militar ponha, de fato e de direito, a força-tarefa para responder a este brutal assassinato de mais um herói defensor da segurança pública, o Sd. Charles Coelho de Souza Júnior.

Parabéns a V. Exa., agradeço-lhe a atenção e o desprendimento em conceder o seu tempo a este deputado.

O deputado Gustavo Corrêa – Deputado Bonifácio Mourão, antes de conceder aparte a V. Exa., quero dizer que o próximo tema que me traz a esta tribuna é algo que vimos alertando os mineiros desde que se passaram as eleições. Todos fomos iludidos. Eu não, tenho certeza de que V. Exa. também não, assim como outros tantos parlamentares, mas a maioria dos mineiros foi iludida pelo governador do Estado, que fez uma série de promessas e de compromissos que sabemos que não cumprirá.

O que mais me preocupa, e alertei sobre isso no passado, que manteremos a nossa linha de coerência, é que quem está mudando a coerência são os aliados do atual governador, que no passado faziam críticas a uma série de projetos que chegavam como o da negociação da dívida que o governador encaminhou a esta Casa. Quero ver o apoio da base aliada agora, que mostrará exatamente a coerência de cada um deles. Ainda mais, deputado Bonifácio Mourão, ouço aqui algo que me deixa um pouco chateado. Determinados parlamentares que me antecederam sobem a esta tribuna para dizer que o governador está dando isenção e incentivo às empresas. O que o governador tem feito é manter todos os benefícios que os ex-governadores Aécio Neves, Antonio Anastasia e Alberto Pinto Coelho deram às indústrias mineiras. O governador, através da sua Secretaria de Fazenda, na última semana – e vários parlamentares que subiram a esta tribuna registraram – iria revogar um decreto prejudicando os atacadistas da região do Triângulo Mineiro. Quando viu a bobagem que estava fazendo, voltou atrás. E assim tenho certeza de que vão ser os quatro anos de governo, se assim durarem.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* – Agradeço a V. Exa. e concordo plenamente com suas palavras. O governo do PT é mestre em fazer isto: assumir a paternidade de filho que não é seu. E vai fazer isso durante os quatro anos.

Deputado Gustavo Corrêa, V. Exa. que é de família de ilustres advogados, quero nesta oportunidade saudar todos os advogados de Minas Gerais, os nossos colegas, hoje, 11 de agosto, Dia do Advogado; e, ao mesmo tempo, compartilhar das palavras de V. Exa. quando mostra que a economia no País está em frangalhos. Não vou entrar em detalhes para não prejudicar mais ainda o seu tempo, que já se restringe. Veja, por exemplo, a BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, liga até Belo Oriente, que é trecho de Valadares. Pela vontade de Lula e de Dilma, de Belo Oriente a Valadares são só melhorias, vão quatro pistas daqui a Belo Oriente, na Cenibra, e de Belo Oriente a Valadares, duas pistas. É como se Valadares fosse uma roça. E como se todos aqueles outros municípios, além de Valadares, não existissem em Minas Gerais. Lá se cruzam três grandes rodovias, já me cansei de falar isso, mas



vou falar sempre: a Rio-Bahia, a 381 e a 259. Isso não interessa ao governo federal. Mesmo assim, parou. Estão jogando a culpa em cima da Isolux Engevix, transferindo a culpa. Por isso já estão sendo denunciadas na Justiça Federal pelo Ministério Público Federal.

O governo federal tem de ter mais responsabilidade na contratação das suas empresas e não dar preferência àquelas que fazem serviço no Brasil inteiro para ele e que estão sendo, em boa parte, processadas por causa disso no petrolão, no Lava-Jato. V. Exa. sabe disso. Enquanto o dinheiro está saindo pelo ralo, a economia está em frangalhos e o desemprego campeando. Muito obrigado, deputado.

O deputado Gustavo Corrêa – Agradeço a V. Exa., deputado Bonifácio Mourão. Pegando uma deixa do que foi dito por V. Exa., gostaria de dizer que o atual governo estadual tem feito exatamente a mesma coisa que o governo federal fez e faz: uma falta total de planejamento. As obras são dadas como lançadas, e todos sabemos que não há projeto, que as obras não têm condições de ser realizadas. Como V. Exa. fez questão de frisar sobre a BR-381, que, para tristeza sobretudo do povo do Leste mineiro, que V. Exa. tão bem representa, temos acompanhado pelos órgãos da imprensa que as obras dela já se encontram paralisadas.

O que espero, então, deputado Cristiano Silveira, é que os deputados do partido e da base aliada do atual governador, que fizeram críticas inúmeras ao governo passado e subiram a esta tribuna para dizer que estavam rapando o tacho do cidadão, igual ao que o governador tentou fazer com a lei do confisco – embora saibamos que não irá fazer –, para que, quando os projetos do governador chegarem a esta Casa – já chegaram, sobretudo o da renegociação da dívida –, quero ver a base governista subir a esta tribuna para dizer que o atual governo, como já dito por este parlamentar alguns meses atrás, se utilizará do chamado *control C, control V*. Copiou *ipsis litteris* o que o governo passado fez.

Então, quero publicamente, mais uma vez, agradecer a V. Exa., deputado Hely Tarquínio.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/8/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Fábio Avelar Oliveira

exonerando, a partir de 17/8/2015, Flávia Cristina Carvalho Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas; nomeando Flávia Cristina Carvalho Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/06/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.154, de 30/12/1994, 5.179, de 23/12/1997, 5.203, de 19/3/2002, e das Deliberações da Mesa nºs 2.384, de 19/12/2006, 1.509, de 7/1/1998, 1.576, de 15/12/1998, 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Thamyres Alves Caetano para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo artigo 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/7/2015, o servidor Mário Ferreira de Azara, CPF nº 328.298.096/53, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-41, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### TERMO DE CONTRATO Nº 62/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Dias Distribuidora de Livros Ltda. Objeto: fornecimento de livros, em formato impresso e eletrônico, à Biblioteca Deputado Camilo Prates. Vigência: 12 meses contados a partir de 1º/10/2015. Licitação: Pregão Eletrônico nº 47/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.